

Qualidade da Governação em Portugal e Espanha: uma análise exploratória de âmbito regional

Ana Lúcia Romão¹, Pedro Borrego¹, Gustavo Lopes Fernandes², Sandra I. Firmino¹, Daniel Matos Caldeira³

¹ Centro de Administração e Políticas Públicas, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Universidade de Lisboa (CAPP/ISCSP-ULisboa)

² FGV - EAESP, São Paulo, Brasil

³ Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Universidade de Lisboa (ISCSP-ULisboa)

RESUMO

A literatura sobre qualidade da governação tem vindo a reforçar a importância das instituições públicas na explicação de diferentes trajetórias de desenvolvimento e de resultados diferenciados na implementação das políticas públicas, destacando fatores como a capacidade institucional, a imparcialidade, a integridade e a confiança enquanto elementos explicativos da qualidade da ação pública e da promoção de processos de desenvolvimento territorial mais coesos. Neste contexto, o *Quality of Government Institute*, da Universidade de Gotemburgo, tem contribuído para o desenvolvimento teórico e empírico deste debate, através do estudo das causas, consequências e características da qualidade da governação, procurando compreender de que modo aquelas dimensões influenciam diferentes domínios das políticas públicas e do desenvolvimento social e territorial. Apesar dos esforços desenvolvidos no contexto europeu em prol da coesão territorial e da sustentabilidade, subsistem desigualdades significativas entre países e regiões, reforçando a necessidade de aprofundar o conhecimento sobre os fatores institucionais que contribuem para compreender estas diferenças, em particular à escala regional, onde a investigação ibérica comparada permanece escassa.

Neste quadro, o estudo analisa a qualidade da governação em Portugal e em Espanha, procurando identificar características associadas a diferentes níveis de desempenho e compreender limitações estruturais que possam influenciar a qualidade percebida da governação. Para tal, a investigação adota um desenho metodológico de métodos mistos, recorrendo, numa primeira fase, a uma análise exploratória quantitativa de dados do *European Quality of Government Index* (EQI), ao nível NUTS 2, com o objetivo de identificar padrões territoriais e dimensões potencialmente associadas às variações observadas na qualidade da governação nos dois países.

O principal contributo do estudo, que resulta desta primeira fase, consiste na caracterização comparada, ao nível regional (NUTS 2), dos padrões de qualidade da governação em Portugal e em Espanha entre 2010 e 2024. Os resultados evidenciam uma diferenciação territorial que não coincide necessariamente com as fronteiras nacionais, distintos graus de persistência e de heterogeneidade regional na evolução temporal dos índices, e um conjunto de regiões que apresentam variações recentes atípicas face ao seu próprio percurso histórico. A exploração da associação entre estas variações recentes e um conjunto de indicadores sociodemográficos regionais permitiu ainda identificar a taxa de risco de pobreza como o fator mais consistentemente associado à variação da qualidade da governação e dos seus pilares.

Palavras-chave: Corrupção; Espanha; *European Quality of Government Index*; Qualidade da Governação; Qualidade dos Serviços Públicos; Imparcialidade; Portugal.

INTRODUÇÃO

A qualidade da governação tem assumido uma importância crescente no estudo das instituições públicas. Para além dos recursos disponíveis e do desenho formal das instituições, a capacidade da administração pública de atuar de forma eficaz, imparcial e íntegra influencia a implementação das políticas públicas e os processos de desenvolvimento económico e social. A qualidade das instituições constitui, assim, um fator relevante para compreender por que razão territórios sujeitos a enquadramentos institucionais semelhantes podem apresentar resultados distintos.

Uma parte significativa deste debate tem sido desenvolvida pelo *Quality of Government Institute* da Universidade de Gotemburgo, que tem procurado aprofundar, conceptual e empiricamente, as causas e as consequências da qualidade da governação. No contexto europeu, este esforço traduziu-se no desenvolvimento do *European Quality of Government Index* (EQI), que permite analisar a qualidade percebida da governação a uma escala subnacional e segundo diferentes dimensões da ação pública. Esta perspetiva é particularmente interessante porque os indicadores nacionais podem ocultar diferenças territoriais significativas. Como demonstram Charron et al. (2014, 2019), a qualidade da governação apresenta variações substanciais entre regiões de um mesmo país, mostrando que a existência de instituições nacionais comuns não implica necessariamente níveis homogêneos de desempenho institucional em todo o território.

A dimensão regional assume, por isso, especial importância num espaço europeu marcado simultaneamente por elevados níveis de integração institucional e por persistentes desigualdades territoriais. Apesar das políticas de coesão promovidas pela União Europeia, continuam a observar-se diferenças relevantes entre países e regiões em termos económicos, sociais e institucionais. Estas disparidades colocam a questão de saber até que ponto a qualidade da governação acompanha os padrões territoriais diferenciados e em que medida esses padrões permanecem estáveis ou se transformam ao longo do tempo. A literatura sugere, por um lado, que diferenças regionais persistentes podem estar associadas a legados históricos e institucionais específicos (Charron & Lapuente, 2013) e, por outro, que fatores relacionados com o desenvolvimento socioeconómico podem contribuir para explicar diferentes níveis de qualidade institucional (Charron & Lapuente, 2010; Charron et al., 2014).

Portugal e Espanha constituem um contexto particularmente relevante para explorar estas questões. Os dois países partilham proximidade geográfica, integração no mesmo espaço político e económico europeu e vários elementos das suas tradições administrativas, mas apresentam diferenças na organização territorial do Estado, sobretudo no grau de autonomia político-administrativa atribuído ao nível regional. Espanha caracteriza-se por uma estrutura territorial fortemente descentralizada, enquanto Portugal continental permanece marcado por uma maior centralização administrativa. Apesar destas diferenças e da proximidade entre os dois países, a análise comparada da qualidade da governação à escala regional permanece relativamente pouco explorada.

Neste enquadramento, a investigação procura caracterizar e comparar a evolução da qualidade da governação nas regiões NUTS 2 de Portugal e de Espanha entre 2010 e 2024, recorrendo ao EQI e aos seus três pilares: Qualidade dos Serviços Públicos, Imparcialidade e Corrupção. Mais especificamente, pretende responder a três questões de pesquisa: (i) Como varia a qualidade da governação, e cada uma das suas dimensões, entre as regiões NUTS 2 de Portugal e de Espanha?; (ii) Em que medida os padrões regionais de qualidade da governação se mantêm ou se alteram ao longo das diferentes rondas do EQI?; e (iii) Que fatores sociodemográficos regionais estão associados às variações mais recentes na qualidade da governação e nas suas diferentes dimensões?

A pesquisa assume uma natureza exploratória e constitui a primeira etapa de um desenho mais amplo de métodos mistos. A análise quantitativa permite identificar padrões territoriais, avaliar a sua persistência e heterogeneidade ao longo das cinco rondas do EQI e explorar a associação entre as variações mais recentes dos índices e um conjunto de indicadores sociodemográficos regionais. O principal contributo do estudo reside, deste modo, não apenas na comparação regional entre Portugal e Espanha, mas também na adoção de uma perspetiva longitudinal e multidimensional. Em vez de analisar exclusivamente diferenças nos níveis de qualidade da governação, procura-se também compreender a forma como esses padrões evoluem, identificar trajetórias que se afastam do percurso histórico das regiões e explorar fatores potencialmente associados a essas alterações. Esta abordagem permite, assim, aprofundar o conhecimento sobre a diversidade territorial da qualidade da governação no contexto ibérico e estabelecer uma base empírica para uma fase posterior da investigação orientada para a compreensão dos mecanismos institucionais e organizacionais subjacentes às diferenças identificadas.

QUADRO TEÓRICO

1. Qualidade da Governação

O conceito de qualidade da governação ganhou particular destaque nas últimas duas décadas, sobretudo com o trabalho do *Quality of Government Institute*, criado em 2004 por Bo Rothstein e Sören Holmberg, na Universidade de Gotemburgo. A investigação desenvolvida neste âmbito analisa as causas, características e consequências da qualidade das instituições públicas, considerando dimensões como a imparcialidade, a integridade, a competência e a fiabilidade (Rothstein & Teorell, 2008a). Procura ainda compreender os seus efeitos em áreas como a saúde, o ambiente, a proteção social e o combate à pobreza (The QoG Institute, 2026).

Neste estudo, adota-se um conceito multidimensional da qualidade da governação que remete para o modo como as instituições públicas exercem a autoridade, formulam e implementam políticas e prestam serviços, de forma imparcial, íntegra e eficaz, prevenindo a utilização do poder público para fins particulares (Agnafors, 2013; Rothstein, 2021; Rothstein & Teorell, 2008a).

Assim, entendemos a qualidade da governação como a forma como o poder público é exercido e as decisões coletivamente vinculativas são implementadas pelas instituições, distinguindo-se dos mecanismos democráticos de acesso ao poder. Trata-se de uma conceção normativa e processual, centrada na imparcialidade, na universalidade e na justiça dos procedimentos institucionais, segundo os quais os agentes públicos não devem favorecer interesses particulares nem considerar circunstâncias alheias ao que a lei ou a política pública estabelece. Nesta perspetiva, a democracia representativa, a capacidade administrativa, a eficiência e os resultados substantivos não integram a definição de qualidade da governação, embora possam constituir as suas causas ou consequências. A qualidade da governação avalia a integridade do exercício da autoridade pública e da implementação das políticas, partindo do pressuposto de que instituições imparciais aumentam a probabilidade de produzir legitimidade política e resultados favoráveis ao bem-estar humano (Rothstein, 2021).

A proposta de Rothstein e Teorell (2008a) realça a necessidade de uma definição clara e operacionalizável de qualidade da governação, propondo a imparcialidade no exercício da autoridade pública como a sua norma fundamental. Para os autores, a qualidade da governação contrapõe-se à corrupção e manifesta-se quando os agentes públicos não consideram, na aplicação das leis e políticas, fatores que não tenham sido previamente definidos como relevantes. A imparcialidade constitui, assim, a base teórica para conceptualizar e medir a qualidade da governação (Rothstein & Teorell, 2008a).

Em termos substantivos, a qualidade da governação é associada à existência de instituições públicas confiáveis, previsíveis, competentes, imparciais e livres de corrupção (The QoG Institute, 2026). A eficiência, a eficácia, a transparência e a *accountability* são componentes da *good governance*, mas a qualidade da governação assenta sobretudo na imparcialidade no exercício da autoridade pública. Segundo esta perspetiva, os agentes públicos não devem considerar aspetos dos cidadãos ou dos casos que não sejam relevantes à luz das leis e políticas aplicáveis, evitando práticas como corrupção, favoritismo, nepotismo ou discriminação. A imparcialidade funcionária, assim, como um princípio normativo universal, comparável ao princípio da igualdade política utilizado para avaliar o acesso ao poder (Rothstein & Teorell, 2008a).

Contudo, esta conceção tem sido objeto de diversas críticas, centradas sobretudo na ideia de que, embora fundamental, a imparcialidade não é suficiente para apreender a complexidade da ação pública contemporânea. Wilson (2008) questiona, em particular, a exequibilidade de uma abordagem que pressuponha a determinação prévia de todos os critérios relevantes para a decisão administrativa. A implementação das políticas públicas envolve frequentemente discricionariedade, adaptação às circunstâncias e ponderação entre valores ou objetivos concorrentes, tornando difícil reduzir a qualidade da atuação administrativa à aplicação imparcial de critérios previamente definidos. Nesta perspetiva, a qualidade da governação depende também da existência de uma administração profissional, orientada por um *ethos* de serviço público, capaz de fundamentar as suas decisões e sujeita a mecanismos efetivos de responsabilização.

Longo (2008) amplia esta crítica ao considerar as transformações das formas contemporâneas de governação, cada vez mais assentes em redes e relações de interdependência entre entidades públicas, privadas e do terceiro setor. Nestes contextos, a imparcialidade permanece uma condição necessária, mas não garante, por si só, uma governação de qualidade: políticas implementadas de forma imparcial podem ainda revelar-se ineficazes, ineficientes, descoordenadas ou pouco responsivas às necessidades sociais. Para o autor, a avaliação da qualidade da governação exige uma perspetiva multidimensional que considere, para além da imparcialidade, dimensões como a eficácia, a eficiência, a coordenação, a adaptabilidade, a participação, a transparência e a qualidade da implementação.

Num plano mais explicitamente normativo, Agnafors (2013) contesta as definições unidimensionais da qualidade da governação e, em particular, a sua redução à imparcialidade no exercício do poder público. Embora reconheça a relevância deste princípio, sustenta que a qualidade da governação deve integrar um conjunto mais amplo de valores e critérios, entre os quais o *ethos* público, a qualidade e fundamentação das decisões, o Estado de direito, a eficiência, a estabilidade e a promoção do bem-estar coletivo.

Em resposta a este tipo de objeções, Rothstein e Teorell (2008b) esclarecem que a imparcialidade não deve ser confundida com a aplicação mecânica de regras nem com a eliminação da discricionariedade administrativa. O princípio é compatível com o exercício de julgamento profissional, a flexibilidade, a inovação e diferentes formas de colaboração entre atores públicos e privados, desde que as decisões não sejam condicionadas por interesses, relações ou características consideradas irrelevantes para o caso em apreciação. Os autores reconhecem a importância de critérios como a eficácia, a eficiência e a *accountability*, mas atribuem-lhes um estatuto distinto, na medida em que estes correspondem a dimensões graduais ou instrumentais da governação, ao passo que a imparcialidade constitui uma norma processual fundamental que deve prevalecer em situações de conflito entre valores.

Embora a imparcialidade constitua o núcleo normativo da qualidade da governação, a literatura evidencia a relevância de uma perspetiva mais ampla, capaz de considerar a complexidade do

funcionamento das instituições públicas. Neste contexto, o estudo adota uma concepção multidimensional da qualidade da governação, articulando a imparcialidade com outras dimensões relevantes da qualidade da ação pública.

2. Dimensões da Qualidade da Governação

A qualidade da governação pode ser analisada a partir de diferentes dimensões institucionais e da forma como estas são percecionadas pelos cidadãos. Entre os seus elementos principais encontram-se a imparcialidade, a integridade, a capacidade institucional, a qualidade dos serviços públicos e a responsividade. Estas dimensões estão estreitamente relacionadas com a confiança nas instituições, embora esta deva ser entendida sobretudo como um resultado da atuação institucional e, simultaneamente, como um recurso que favorece a legitimidade e a eficácia das políticas públicas.

A imparcialidade ocupa um lugar central na concepção de qualidade da governação proposta por Rothstein e Teorell (2008a). Na implementação das leis e das políticas públicas, exige que os agentes públicos considerem apenas os critérios previamente definidos como relevantes, excluindo tratamentos diferenciados motivados por favoritismo, clientelismo, corrupção ou outros interesses indevidos. Esta perspetiva recupera o ideal weberiano de uma administração impessoal, orientada por regras e independente de relações pessoais, cuja influência permanece visível nas abordagens contemporâneas à qualidade da governação e nas reformas destinadas a reforçar a transparência, a integridade e o desempenho das instituições públicas (Peters, 2010; Rothstein & Teorell, 2008a).

Contudo, os seus efeitos não são necessariamente uniformes. Suzuki e Demircioglu (2021) mostram que uma atuação mais imparcial não conduz automaticamente a avaliações mais positivas dos serviços públicos e pode ser percecionada de forma diferente por grupos socialmente mais vulneráveis.

A qualidade da governação não depende apenas da prestação eficiente dos serviços públicos, mas também da capacidade das instituições para escutar e envolver os cidadãos, assegurar um tratamento justo e íntegro e incorporar a informação recolhida na melhoria dos serviços e dos processos de decisão (OCDE, 2025).

Os resultados da OCDE (2026) mostram que a perceção de influência política permanece limitada: embora 68% dos cidadãos considerem que o voto influencia a ação governamental, apenas 31% entendem que pessoas como elas têm voz no que o governo faz e 39% atribuem influência significativa ou moderada à participação em consultas públicas. Quanto à responsividade e à integridade política, 40% dos cidadãos consideram que os representantes eleitos não se preocupam com aquilo que pessoas como eles desejam e apenas 32% esperam que o governo resista à influência empresarial quando esta possa prejudicar o interesse coletivo (OCDE, 2026).

A confiança resulta, em larga medida, da experiência dos cidadãos com as instituições. Instituições eficazes, justas, íntegras e imparciais tendem a gerar níveis mais elevados de confiança institucional e interpessoal (Rothstein & Stolle, 2008). Quando os cidadãos percecionam que as regras são aplicadas de forma justa e que os comportamentos oportunistas são sancionados, aumenta a expectativa de que os restantes membros da sociedade também agirão de modo cooperante. Neste sentido, a QoG constitui um preditor particularmente robusto da confiança social, superando fatores como a desigualdade económica, a diversidade étnica, a participação cívica ou o contexto político (Charron & Rothstein, 2018).

A relação entre estas dimensões depende, porém, do contexto político e económico. A democracia não garante, por si só, uma elevada qualidade da governação. Charron e Lapuente (2010) explicam a

qualidade da governação através da interação entre a capacidade e a vontade dos dirigentes para promover reformas e a procura dos cidadãos por instituições e investimentos públicos sustentáveis. Em democracias economicamente mais desenvolvidas, estas forças tendem a favorecer reformas institucionais de longo prazo; em contextos de menor desenvolvimento, a pressão por benefícios imediatos pode limitar os incentivos à melhoria da qualidade institucional.

3. A Confiança nas Instituições Públicas

A confiança pode ser entendida sobretudo como um resultado associado à qualidade da governação, e não como uma dimensão do próprio conceito de qualidade da governação. Instituições eficazes, imparciais, justas e íntegras tendem a reforçar a confiança dos cidadãos, tanto nas instituições públicas como nas relações interpessoais, contribuindo para a legitimidade democrática e para a eficácia das políticas públicas (Rothstein & Stolle, 2008). Em sentido inverso, contextos de baixa qualidade da governação favorecem a perceção de impunidade e de tolerância perante comportamentos oportunistas, fragilizando a confiança e a coesão social. Charron e Rothstein (2018) confirmam que a qualidade da governação é um preditor particularmente robusto da confiança social, apresentando maior poder explicativo do que fatores como a desigualdade económica, a participação cívica, a diversidade étnica ou o contexto político. Quando as instituições aplicam as regras de forma eficaz e imparcial, os cidadãos tendem a esperar comportamentos mais previsíveis e cooperantes, mesmo em sociedades socialmente diversas. Por conseguinte, o reforço da qualidade institucional e o combate à corrupção assumem-se como estratégias fundamentais para promover a confiança, a coesão social e a redução das desigualdades.

Os resultados mais recentes da OCDE (2026) apontam para uma estabilização da confiança no governo nacional, após o recuo registado entre 2021 e 2023. Em 2025, 40% dos cidadãos dos países da OCDE declaravam confiança elevada ou moderadamente elevada no governo nacional, enquanto 43% manifestavam pouca ou nenhuma confiança.

Portugal e Espanha contrariaram a tendência anterior, registando aumentos relevantes entre 2023 e 2025: em Portugal, a confiança no governo nacional subiu de 32% para 40%, alcançando a média da OCDE, enquanto em Espanha aumentou de 37% para 43%, situando-se ligeiramente acima dessa referência. A evolução foi igualmente positiva nos governos locais, cuja confiança passou de 38% para 43% em Portugal e de 44% para 48% em Espanha, e na administração pública nacional, que atingiu 45% em ambos os países em 2025 (OCDE, 2026).

Em ambos os países, as instituições de segurança continuam a beneficiar de níveis de confiança superiores aos das instituições de representação política. Em Portugal, a confiança alcançava 68% na polícia e 71% nas forças armadas, enquanto em Espanha se situava, respetivamente, em 62% e 66%. Em contrapartida, apenas 37% dos cidadãos dos dois países manifestavam confiança elevada ou moderada no parlamento nacional. A confiança nos partidos políticos era ainda mais reduzida, embora mais elevada em Portugal (26%), do que em Espanha (21%). Também os tribunais permaneciam aquém da média da OCDE de 54%, registando 49% em Portugal e 50% em Espanha. Estes dados sugerem que os défices de confiança se concentram sobretudo nas instituições político-representativas, sendo menos pronunciados nas instituições administrativas, judiciais e de segurança (OCDE, 2026).

Esta diferenciação institucional é coerente com a distinção estabelecida pela OCDE entre a experiência quotidiana dos cidadãos com os serviços públicos e a avaliação da capacidade governativa para enfrentar problemas complexos e de longo prazo. As perceções relativas aos serviços de saúde, educação e administração pública permanecem globalmente positivas e apresentam uma ligeira

melhoria, contribuindo sobretudo para a confiança na administração pública e nos governos locais. Quanto à confiança no governo nacional, depende mais intensamente da percepção de que as decisões são fundamentadas em evidência, transparentes, responsivas às preferências dos cidadãos, resistentes a interesses particulares e capazes de equilibrar diferentes grupos e gerações. Assim, embora a qualidade das interações diretas com os serviços públicos continue a ser essencial, o reforço da confiança exige melhorar os processos de decisão política e assegurar formas efetivas de participação e influência dos cidadãos. No plano sociodemográfico, a OCDE assinala ainda que, embora as mulheres continuem a apresentar níveis de confiança inferiores aos dos homens, esta diferença se tem mantido relativamente estável; em contrapartida, tem-se acentuado o défice de confiança entre os cidadãos com níveis de escolaridade mais baixos (OCDE, 2026).

A confiança é hoje um elemento determinante na construção de uma governação legítima e eficaz, nos planos nacional e regional. O funcionamento dos sistemas democráticos depende de um nível suficiente de credibilidade institucional, que permita aos cidadãos reconhecer a legitimidade das instituições, aceitar as decisões coletivas e participar na vida pública. Neste sentido, a confiança política, económica e interpessoal constitui um recurso essencial à cooperação social e à estabilidade democrática, atuando como “o cimento que mantém as sociedades democráticas coesas” (Sousa & Coroado, 2022, p. 23).

4. A dimensão regional da Qualidade da Governação

A investigação comparada sobre qualidade da governação tem privilegiado tradicionalmente o nível nacional, embora a literatura mais recente tenha vindo a salientar a importância de ampliar a análise aos níveis regional e local (Charron et al., 2019). Os indicadores nacionais podem ocultar diferenças significativas entre regiões de um mesmo país, não captando plenamente a diversidade das experiências dos cidadãos com os serviços públicos, das práticas administrativas e dos processos de implementação das políticas (Charron et al., 2014). A análise subnacional permite, assim, compreender como instituições nacionais comuns podem coexistir com níveis desiguais de qualidade da governação e com resultados socioeconómicos diferenciados entre territórios (Charron & Lapuente, 2013; Charron et al., 2014).

A literatura identifica alguns fatores potencialmente associados a esta variação regional. Charron et al. (2014) encontram uma relação significativa entre a qualidade da governação regional, o desenvolvimento socioeconómico e a confiança social, mas não identificam uma associação sistemática entre maior descentralização ou autonomia regional e níveis superiores de qualidade da governação. Por sua vez, Charron e Lapuente (2013), a partir da análise das diferenças regionais em Itália, destacam a importância dos legados históricos e institucionais, mostrando como diferentes trajetórias e a persistência de redes clientelistas podem contribuir para explicar disparidades duradouras entre regiões sujeitas às mesmas instituições formais nacionais. Deste modo, as diferenças regionais na qualidade da governação parecem resultar da combinação de condições socioeconómicas e sociais contemporâneas com fatores político-institucionais e trajetórias históricas específicas.

METODOLOGIA

O estudo analisa a qualidade da governação em Portugal e em Espanha ao nível regional (NUTS 2), através de uma abordagem exploratória quantitativa. Os dados utilizados provêm do *European Quality of Government Index* (EQI) e do Eurostat, o Instituto de Estatística da União Europeia. O EQI é um índice de qualidade da governação subnacional na União Europeia, construído a partir de um inquérito às perceções e experiências dos cidadãos quanto à qualidade e imparcialidade dos serviços públicos e à corrupção no setor público, nas áreas da saúde, educação e aplicação da lei. É composto por três dimensões (pilares), cada uma das quais estimadas por um índice próprio: Qualidade dos Serviços Públicos, relativa à avaliação da sua prestação; Imparcialidade, associada à igualdade de tratamento e ausência de favoritismo; e Corrupção, baseada nas perceções e experiências dos cidadãos relativamente à ocorrência de práticas corruptas no setor público. Permite comparar regiões dentro e entre países, acompanhar a evolução da qualidade da governação ao longo do tempo e identificar diferenças territoriais que os indicadores nacionais podem ocultar. A edição de 2024 abrange 135 227 respondentes em 210 regiões NUTS 1 e NUTS 2 dos 27 Estados-Membros da União Europeia (Charron et al., 2024).

A análise dos dados propõe uma comparação ibérica, identificando padrões e diferenças na qualidade da governação ao nível regional. A comparação entre Portugal e Espanha justifica-se pela proximidade geográfica e institucional dos dois países, ambos integrados na União Europeia, sujeitos a enquadramentos comuns de política de coesão (Medeiros, 2018) e partilhando uma tradição administrativa de matriz napoleónica (Ongaro, 2009). Contudo, apresentam diferenças relevantes na organização territorial do Estado, com Espanha a registar níveis substancialmente mais elevados de autonomia regional (Hooghe et al., 2010).

As questões de pesquisa que orientam a investigação são as seguintes:

1. Como varia a qualidade da governação, e cada uma das suas dimensões, entre as regiões NUTS 2 de Portugal e Espanha?
2. Em que medida os padrões regionais se mantêm ou se alteram ao longo das diferentes rondas do estudo EQI?
3. Que fatores sociodemográficos regionais estão associados às variações mais recentes da qualidade da governação e das suas dimensões?

Para responder a estas questões, recorreu-se como fonte de dados para os índices da qualidade da governação ao EQI ao nível das 24 regiões NUTS 2 de Portugal (n=7) e de Espanha (n=17), nas suas edições de 2010 (Charron et al., 2014), 2013 (Charron et al., 2015), 2017 (Charron et al., 2019), 2021 (Charron et al., 2022) e 2024 (Charron et al., 2024). Os índices do EQI e dos três pilares estão centrados nos respetivos indicadores do *Worldwide Governance Indicators* (WGI) do Banco Mundial, padronizados especificamente para a amostra de países abrangidos pelo EQI (The QoG Institute, 2024); o valor 0 corresponde, assim, à média dos países cobertos pelo EQI nesse indicador, e valores acima (ou abaixo) de zero correspondem a um desempenho acima (ou abaixo) dessa média. Quanto mais altos forem os valores destes índices, melhor é a qualidade da governação, ou seja, perceção de melhor Qualidade dos Serviços Públicos, de maior Imparcialidade e de menor Corrupção. Os valores nacionais de Portugal e de Espanha dos índices EQI e dos três pilares em 2024, foram apurados a partir dos valores das respetivas regiões NUTS 2, e ponderados de acordo com o desenho amostral do estudo EQI (ponderador “Dweight”), que corrige o facto de o inquérito recolher um número semelhante de respostas por região independentemente da sua população, atribuindo maior peso às regiões mais populosas dentro de cada país. São apresentadas as estimativas pontuais e, sempre que relevante, os respetivos intervalos de confiança a 95% (IC 95%).

Para avaliar a estabilidade das posições relativas das regiões entre rondas do estudo EQI, foram calculados coeficientes de correlação de *Spearman* entre as posições relativas (*rankings*) das regiões em cada par de rondas, bem como a correlação média entre rondas consecutivas e a correlação entre a primeira e a última ronda. Esta análise foi realizada para cada um dos quatro índices e considerando três conjuntos de regiões em análise: as 24 regiões de Portugal e Espanha; as 7 regiões de Portugal; as 17 regiões de Espanha.

A heterogeneidade regional da evolução temporal foi avaliada formalmente, para o índice EQI e os seus três pilares, por meio de um teste F de comparação entre dois modelos de regressão linear aninhados (*nested*), com efeitos fixos de região (regressão por *Ordinary Least Squares*, OLS). O modelo reduzido, $Y_{it} = \alpha_i + \beta \text{Ano}_t + \varepsilon_{it}$, sendo Y_{it} o valor do índice na região i na ronda t (ε_{it} é o termo de erro aleatório), que assume uma tendência linear da evolução temporal (β) comum a todas as regiões, com o efeito fixo α_i a captar apenas diferenças de nível entre regiões; o modelo completo, $Y_{it} = \alpha_i + \beta_i \cdot \text{Ano}_t + \varepsilon_{it}$, permite, adicionalmente, uma tendência própria a cada região (β_i). O teste F avalia se o acréscimo de ajustamento proporcionado pelas 23 tendências regionais adicionais é estatisticamente significativo, testando a hipótese nula de que uma única tendência linear comum ($\beta_1 = \beta_2 = \dots = \beta_{24}$) descreve adequadamente a evolução de todas as regiões ao longo do período em análise (2010-2024). A variável ano foi centrada no ponto médio do período (2017) em todos os modelos, sem efeito sobre os declives estimados ou sobre o teste F.

Adicionalmente, foram identificadas as regiões cuja evolução mais recente (de 2021 para 2024) se destaca do seu próprio percurso nos períodos anteriores. Para cada região e cada índice, calcularam-se três diferenças (d) “históricas” entre rondas consecutivas anteriores a 2024 ($d1$: 2013-2010; $d2$: 2017-2013; $d3$: 2021-2017) e a diferença mais recente ($d(2024-2021)$). A partir destas, aplicam-se duas métricas complementares, cada uma com um objetivo diferente:

- Identificar uma variação de grande magnitude face à evolução histórica, independentemente do sentido dessa mudança (Métrica A): compara o valor absoluto da diferença mais recente, com o desvio-padrão dos valores absolutos das três diferenças históricas: $\text{Métrica A} = |d(2024-2021)| \div \text{desvio-padrão}(|d1|, |d2|, |d3|)$
- Identificar uma variação que contraria ou acentua a evolução histórica, mesmo que a magnitude não seja grande em termos absolutos (Métrica B): compara o desvio da diferença mais recente face à média das três diferenças históricas (mantendo o sinal), com o desvio-padrão dessas mesmas diferenças históricas com sinal: $\text{Métrica B} = |d(2024-2021) - \text{média}(d1, d2, d3)| \div \text{desvio-padrão}(d1, d2, d3)$

Uma região é assinalada quando a razão respetiva excede 2,0 unidades, um limiar interpretável por analogia com um limiar comum de 2 desvios-padrão, mas que neste contexto é interpretado como um critério meramente indicativo e exploratório, não como um teste de significância formal. Sublinhe-se que o denominador de ambas as métricas é estimado a partir de apenas três diferenças históricas, sendo por isso pouco preciso e tendendo a assumir valores muito baixos nas regiões cujo percurso anterior foi estável. Em consequência, valores elevados destas métricas traduzem sobretudo a regularidade da trajetória histórica da região e não, necessariamente, a magnitude absoluta da variação registada em 2024, que deve ser lida diretamente na diferença (2024–2021).

Partindo da mesma diferença $d(2024-2021)$, procurou-se compreender se a variação mais recente do EQI, e dos seus pilares, está associada a alterações em indicadores sociodemográficos. Para o efeito, foi analisada a relação entre esta variação e a variação de cinco indicadores sociodemográficos regionais por NUTS 2: densidade populacional; população de 25-64 anos com ensino superior concluído; taxa de emprego da população com 15-64 anos; taxa de risco de pobreza; indivíduos que encomendaram bens

ou serviços através da internet para uso privado (Eurostat, 2026). Foram considerados os dados sociodemográficos correspondentes ao ano civil anterior ao trabalho de campo de cada uma das rondas (dados de 2019, para a ronda de 2021; dados de 2022, para a ronda de 2024), pelo que a variação dos preditores usada corresponde, na prática, ao período 2019-2022, e assim antecede temporalmente os valores observados no estudo EQI. Duas das cinco variáveis (população com ensino superior e taxa de emprego) têm valores em falta para três regiões portuguesas (Centro, Área Metropolitana de Lisboa e Alentejo) nos dois anos considerados, pelo que a amostra varia entre 21 e 24 regiões consoante a variável.

Como medida de associação entre a variação de cada preditor e a variação de cada um dos quatro índices (e entre os próprios preditores entre si) calculou-se o coeficiente de correlação de Spearman. Esta matriz de correlações orientou a seleção dos preditores incluídos nos modelos de regressão linear (OLS). Estimou-se, para cada índice (variável dependente), um modelo principal apenas com o preditor mais fortemente associado à variação do índice EQI, nomeadamente, a variação da taxa de risco de pobreza, $\Delta Y_i = \beta_0 + \beta_1 \Delta Pobreza_i + \varepsilon_i$, e um modelo de robustez que acrescenta a variação da taxa de emprego, $\Delta Y_i = \beta_0 + \beta_1 \Delta Pobreza_i + \beta_2 \Delta Emprego_i + \varepsilon_i$. Nestes modelos, ΔY_i representa a variação (2024-2021) da variável dependente em causa (EQI, Qualidade dos Serviços Públicos, Imparcialidade ou Corrupção) na região i , $\Delta Pobreza_i$ e $\Delta Emprego_i$ representam a variação (2022-2019) das variáveis predictoras, taxa de risco de pobreza e taxa de emprego, respetivamente, β_0 é a interseção, β_1 e β_2 são os coeficientes de regressão das variáveis predictoras, e ε_i é o termo de erro aleatório. Manteve-se a mesma especificação (os mesmos dois preditores) nas quatro variáveis dependentes, por motivos de comparabilidade entre dimensões (a justificação empírica desta opção é apresentada na secção Resultados). Testou-se ainda, para cada uma das quatro variáveis dependentes, se a introdução de um termo quadrático do preditor principal (taxa de risco de pobreza; $+ \beta Pobreza_i^2$) melhora o ajustamento do modelo principal face à especificação linear, comparando as duas especificações através de um teste F para modelos aninhados (*nested*).

RESULTADOS

Níveis e evolução dos índices de qualidade da governação em Portugal e Espanha (2010-2024)

A distribuição geográfica do EQI em 2024 (Figura 1) não segue uma fronteira nítida entre Portugal e Espanha, mas revela uma diferenciação regional dentro de cada país. Os valores mais elevados (melhor qualidade da governação) encontram-se na Cantabria (valor máximo das 24 regiões em análise), Comunidad de Madrid e La Rioja, em Espanha, e na Região Autónoma dos Açores, Área Metropolitana de Lisboa e Região Autónoma da Madeira, em Portugal (Figura 2). Com exceção da Região Autónoma da Madeira, o desempenho destas regiões supera o valor da média global dos países que compõem o índice EQI, uma vez que os seus intervalos de confiança a 95% se encontram acima do valor 0. Por outro lado, os valores mais baixos (pior qualidade da governação) concentram-se numa faixa contígua do centro-oeste e sul de Espanha, nomeadamente Castilla y León (o valor mínimo), Andalucía e Extremadura, e, em Portugal, no Algarve, Norte e Alentejo todos com valores pontuais abaixo da média global do EQI (embora no caso das regiões Norte e Alentejo os desempenhos não sejam significativamente diferentes da média global). As restantes regiões de ambos os países distribuem-se em valores ligeiramente acima ou abaixo da média global do EQI.

A nível nacional, Portugal tem um desempenho superior a Espanha no índice EQI em 2024, e, embora a diferença face à média global do EQI seja coberta pelas margens de erro em ambos os países, Portugal

evidencia um valor pontual superior à média dos países do EQI (0,078), e Espanha evidencia um valor inferior (-0,241) (Figura 2, e Tabela A1 em Apêndice). Portugal também apresenta desempenhos superiores a Espanha nos índices dos três pilares da qualidade da governação (Qualidade dos Serviços Públicos, Imparcialidade, Corrupção), registando no índice de Qualidade dos Serviços Públicos um valor significativamente superior à média global do EQI (0,306; IC 95% [0,111; 0,501]). Em contrapartida, no índice de Corrupção, em que valores mais elevados correspondem a menor corrupção percebida, Portugal situa-se significativamente abaixo dessa média (-0,290; IC 95% [-0,480; -0,100]). O desempenho no índice de Imparcialidade é positivo, mas não é significativamente diferente da média global (Tabela A1). Espanha regista valores médios negativos nos índices dos três pilares, estando também significativamente abaixo da média global do EQI no índice da Corrupção (-0,343; IC 95% [-0,515; -0,171]) (Tabela A1).

Figura 1. Distribuição regional (NUTS 2) do índice EQI em 2024, para Portugal e Espanha. Valores mais elevados representados em tons de azul mais escuro; valores mais baixos em tons mais claros.

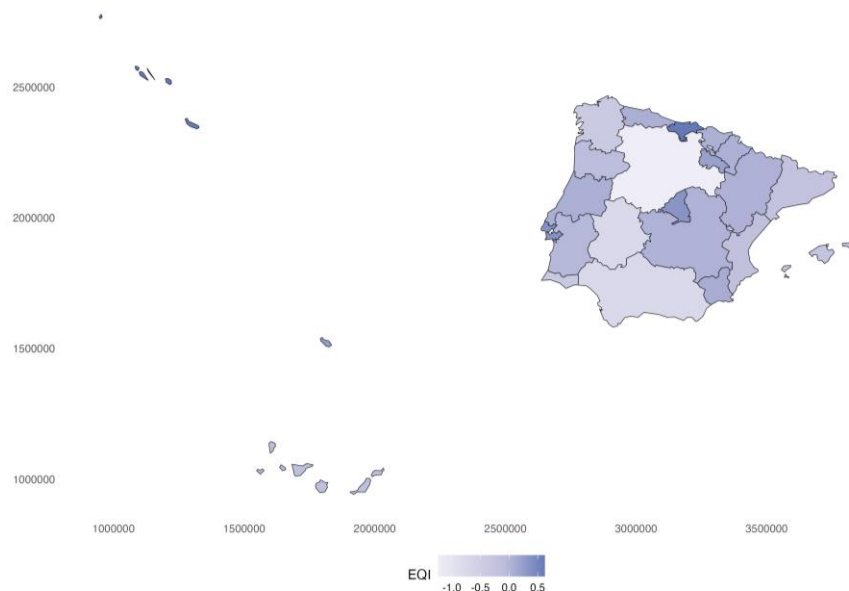
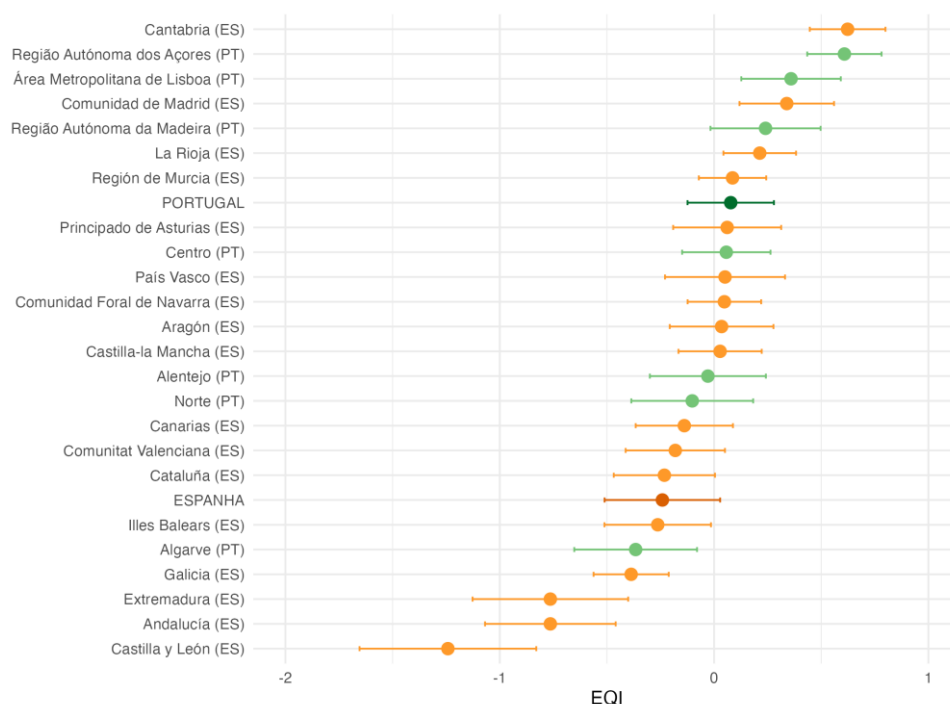


Figura 2. Estimativa pontual e IC 95% do índice EQI em 2024, por região (NUTS 2) e para as médias nacionais de Portugal e Espanha. Quando o IC 95% não inclui o zero, o desempenho da região é significativamente diferente da média global dos países do EQI. Regiões portuguesas a verde, regiões espanholas a laranja; médias nacionais a verde-escuro (Portugal) e vermelho-escuro (Espanha).



Ao nível regional, Cantabria apresenta os melhores níveis de qualidade de governação em 2024, com valores positivos e elevados nos quatro índices, sendo mesmo a região com melhor desempenho no EQI (0,623), Qualidade dos Serviços Públicos (0,975) e Corrupção (0,196), e atingindo o terceiro lugar no índice de Imparcialidade (0,609); neste último, é superada pela Região Autónoma dos Açores (1,083) e pela Área Metropolitana de Lisboa (0,664) (Tabela 1). Por outro lado, Castilla y León é a região com o EQI mais baixo em análise (-1,242), registando também os valores mais baixos no índice de Qualidade dos Serviços Públicos (-0,693) e de Imparcialidade (-2,138), esta região apresenta ainda o segundo pior desempenho no índice de Corrupção (-0,720). A Andalucía é a região com o valor mais baixo no índice de Corrupção, e juntamente com Extremadura e Galicia, e com Castilla y León, forma o conjunto de quatro regiões com os desempenhos mais baixos, e negativos, em todos os índices (também a Comunitat Valenciana apresenta valores negativos nos quatro índices, ainda que de menor magnitude). Para as restantes regiões, o desempenho relativo num índice (face às outras regiões), é menos consistente entre índices. A título de ilustrativo, destacam-se duas regiões: a Região Autónoma dos Açores tem o valor mais elevado no índice de Imparcialidade (1,083) e valores positivos e elevados no EQI (0,608) e Qualidade dos Serviços Públicos (0,742), mas no índice de Corrupção tem um valor ligeiramente negativo (-0,088); o Alentejo tem um valor positivo elevado no índice de Imparcialidade (0,469), mas um valor marcadamente negativo no índice de Qualidade dos Serviços Públicos (-0,427), e também negativo no índice de Corrupção (-0,124), resultando no EQI com valor apenas marginalmente negativo (-0,029).

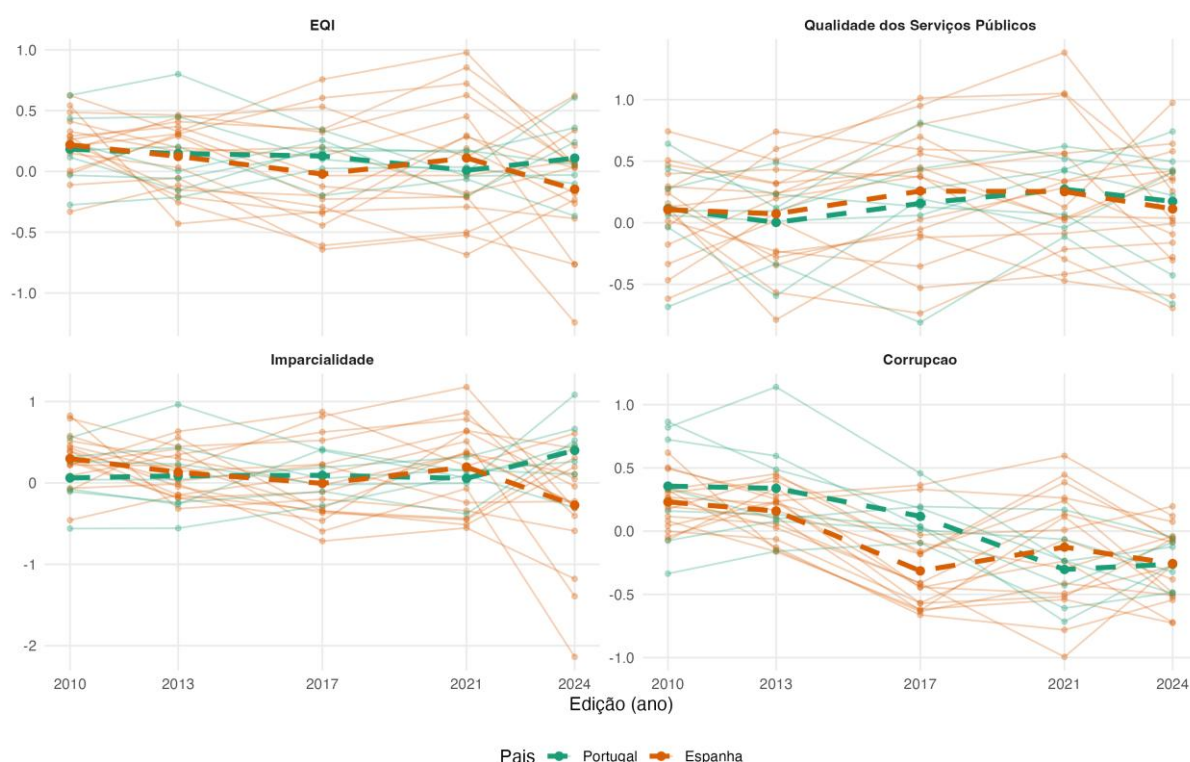
Tabela 1. Valores médios dos índices do EQI e dos seus três pilares para as 24 regiões NUTS 2 de Portugal (PT) e de Espanha (ES) em 2024, ordenados por ordem decrescente do índice EQI. O gradiente de cor é aplicado por coluna (mínimo em tom mais claro, máximo em tom mais escuro), de forma independente entre índices.

Região	EQI	Qualidade dos Serviços Públicos	Imparcialidade	Corrupção
Cantabria (ES)	0,623	0,975	0,609	0,196
Região Autónoma dos Açores (PT)	0,608	0,742	1,083	-0,088
Área Metropolitana de Lisboa (PT)	0,359	0,410	0,664	-0,048
Comunidad de Madrid (ES)	0,339	0,581	0,446	-0,059
Região Autónoma da Madeira (PT)	0,240	0,429	0,523	-0,267
La Rioja (ES)	0,213	0,256	0,425	-0,072
Región de Murcia (ES)	0,086	0,413	0,109	-0,276
Principado de Asturias (ES)	0,061	0,642	-0,405	-0,061
Centro (PT)	0,057	0,223	0,263	-0,322
País Vasco (ES)	0,051	0,344	-0,317	0,119
Comunidad Foral de Navarra (ES)	0,048	0,017	0,047	0,075
Aragón (ES)	0,035	0,365	-0,226	-0,040
Castilla-La Mancha (ES)	0,028	0,420	-0,252	-0,087
Alentejo (PT)	-0,029	-0,427	0,469	-0,124
Norte (PT)	-0,102	0,497	-0,304	-0,484
Canarias (ES)	-0,139	-0,162	0,309	-0,544
Comunitat Valenciana (ES)	-0,181	-0,093	-0,043	-0,381
Cataluña (ES)	-0,232	-0,596	0,198	-0,266
Illes Balears (ES)	-0,263	0,038	-0,268	-0,521
Algarve (PT)	-0,366	-0,658	0,104	-0,491
Galícia (ES)	-0,387	-0,008	-0,590	-0,508
Extremadura (ES)	-0,764	-0,305	-1,393	-0,487
Andalucía (ES)	-0,764	-0,279	-1,179	-0,726
Castilla y León (ES)	-1,242	-0,693	-2,138	-0,720

A análise evolutiva dos valores médios dos quatro índices ao longo das cinco rondas do estudo *European Quality of Government Index* (2010, 2013, 2017, 2021 e 2024) é apresentada na Figura 3. A evolução das linhas de tendência agregadas de cada país (obtidas em cada ano pela média simples das respetivas regiões) revela um padrão diferenciado entre os índices. No EQI e no índice de Qualidade dos Serviços Públicos, as regiões portuguesas e espanholas mantêm-se relativamente próximas entre 2010 e 2024, embora no EQI se tenha registado uma tendência de descida ao longo deste período e uma alternância nas posições relativas entre regiões (e países), o que culminou, em 2024, num valor globalmente mais elevado em Portugal do que em Espanha. Por outro lado, nos índices de Imparcialidade e de Corrupção, as tendências agregadas de cada país afastam-se de forma mais expressiva: no índice de Imparcialidade registam-se valores relativamente estáveis ao longo de todo o período, mas com um distanciamento em 2024, no qual as regiões portuguesas sobem e as regiões espanholas descem; o índice de Corrupção evidencia uma tendência de descida ao longo de todo o

período, durante o qual as regiões de Espanha registaram valores tendencialmente mais baixos até 2017, aproximando-se das regiões de Portugal desde 2021.

Figura 3. Trajetórias regionais dos valores médios do EQI e dos seus três pilares ao longo das cinco rondas (2010-2024), para as 24 regiões NUTS 2 em análise. As regiões portuguesas estão representadas a verde e as regiões espanholas a cor de laranja. As linhas contínuas e semitransparentes correspondem às trajetórias individuais de cada região; as linhas tracejadas e opacas representam a tendência da agregação das regiões de cada país (média simples, não ponderada, das regiões respetivas em cada ronda).



Evolução e dinâmicas dos padrões regionais

Para além dos níveis e das trajetórias médias já descritos, a evolução temporal da qualidade da governação pode não ser uniforme entre regiões: algumas podem manter posições relativas estáveis ao longo do tempo, outras podem divergir de forma sistemática, e outras ainda podem registar alterações pontuais que se destacam do seu próprio percurso histórico. Esta subsecção avalia estas três dimensões, começando pela persistência das posições relativas de cada região, aferida através de correlações de *ranking* (*Spearman*) entre pares de rondas do EQI, e cujos resultados detalhados estão apresentados no Apêndice B.

Os quatro índices não são igualmente estáveis: o índice de Qualidade dos Serviços Públicos é o mais estável ($r=0,633$ em média entre rondas consecutivas, ultrapassando 0,800 em Portugal desde 2017), seguido dos índices EQI (0,471) e de Corrupção (0,458). O índice de Imparcialidade é o menos estável (0,249), com uma correlação negativa entre 2010 e 2024, tanto no conjunto das 24 regiões (-0,233) como apenas nas regiões espanholas (-0,252), pelo que a posição relativa das regiões nesta dimensão

em 2010 não está associada, e não ajudará a prever, a posição de 2024. Esta perda de correlação com a distância temporal entre rondas é, como esperado, transversal aos quatro índices, mas de magnitude desigual entre eles. Note-se ainda que, em Portugal, o reduzido número de regiões (7) torna o coeficiente mais sensível a alterações pontuais no *ranking*, o que poderá explicar as correlações negativas obtidas no EQI entre 2010/2013 e 2021 (Tabela B1), possivelmente agravadas pelo impacto da pandemia de COVID-19 nessa ronda.

A heterogeneidade das regiões na evolução dos índices foi avaliada pelo teste F, que compara um modelo com uma tendência linear da evolução temporal comum às 24 regiões, com um modelo que permite uma tendência própria a cada região. Não foi encontrada evidência estatisticamente significativa, ao nível de 5%, de que essa tendência difira sistematicamente entre regiões quanto ao EQI [$F(23; 72)=1,339$; $p=0,175$], ao índice de Qualidade dos Serviços Públicos [$F(23; 72)=1,090$; $p=0,377$], ou ao índice de Corrupção [$F(23; 72)=1,318$; $p=0,187$]. Apenas no índice de Imparcialidade se observa um indício de heterogeneidade, significativo a 10%, mas não a 5% [$F(23; 72)=1,652$; $p=0,056$]. Esta ausência generalizada de divergência sistemática ao longo do tempo entre regiões não impede, contudo, a ocorrência de ruturas pontuais e localizadas em alguma ronda, como as que se identificam de seguida.

O número de regiões cuja variação recente se destaca da sua evolução histórica (em uma ou ambas as métricas A e B), varia entre 10 e 15, consoante o índice: 12 regiões no índice EQI; 10 no índice de Qualidade dos Serviços Públicos; 15 no índice de Imparcialidade e 11 no índice de Corrupção (Tabela 2). No caso do índice de Imparcialidade, este resultado é consistente com a menor estabilidade de *ranking* das regiões entre rondas, confirmando a reconfiguração do perfil das regiões neste índice na ronda mais recente. O peso das regiões assinaladas nos dois países não é uniforme entre os índices. Nos índices EQI e Qualidade dos Serviços Públicos, a proporção de regiões assinaladas é semelhante entre Portugal (43% em ambos os casos) e Espanha (53% e 41%, respetivamente). Mas nos índices de Imparcialidade e de Corrupção, Portugal regista uma proporção superior de regiões assinaladas (71% e 57%, respetivamente) face a Espanha (59% e 41%), o que sugere que a evolução recente observada nestas duas dimensões em Portugal não está concentrada numa ou outra região, sendo antes um fenómeno relativamente disseminado no território. A comparação de proporções entre os dois países deve, contudo, ser lida com cautela, dado o reduzido número de regiões portuguesas ($n=7$).

Quatro regiões destacam-se por serem identificadas com uma variação atípica nos quatro índices: em Espanha, País Vasco, Comunidad Foral de Navarra e Extremadura; em Portugal, a Região Autónoma dos Açores (Figura 4). Este resultado evidencia mudanças consistentes em todas as dimensões da qualidade da governação para estas regiões, e não um efeito isolado de uma única dimensão. A Comunidad Foral de Navarra e a Extremadura registam ainda os valores mais elevados das duas métricas (≥ 9 unidades) em vários índices, resultado que decorre sobretudo da estabilidade dos respetivos percursos anteriores; em termos absolutos, as diferenças (2024–2021) destas duas regiões situam-se igualmente entre as maiores do conjunto (Tabela 2). A evolução dos índices permite identificar dois perfis distintos. Por um lado, o País Vasco, a Comunidad Foral de Navarra e a Extremadura apresentavam, até 2021, trajetórias marcadas por ligeiras oscilações ou por uma tendência globalmente ascendente. Em 2024, contudo, registam uma queda acentuada, passando para valores abaixo da média das 24 regiões analisadas, com destaque para a Extremadura, com valores negativos nos quatro índices e em particular no índice de Imparcialidade. Por outro lado, a Região Autónoma dos Açores apresenta uma trajetória inversa. Depois de um período relativamente estável ou em ligeiro declínio até 2021, regista, em 2024 uma subida acentuada nos quatro índices.

Tabela 2. Regiões NUTS 2 de Portugal (PT) e de Espanha (ES) com variação recente (de 2021 para 2024) atípica face à sua evolução em períodos anteriores (de 2010 até 2021) nos quatro índices em análise. A coluna Critério apresenta a métrica pela qual a região foi identificada, quando o seu valor é ≥ 2 unidades: “A”, se identificada só pela Métrica A (magnitude acentuada face à evolução histórica); “B”, se identificada só pela Métrica B (com a inversão ou o acentuar da evolução histórica); “A e B”, se identificada por ambas. Em cada índice, as regiões estão ordenadas por Critério e por Métrica A.

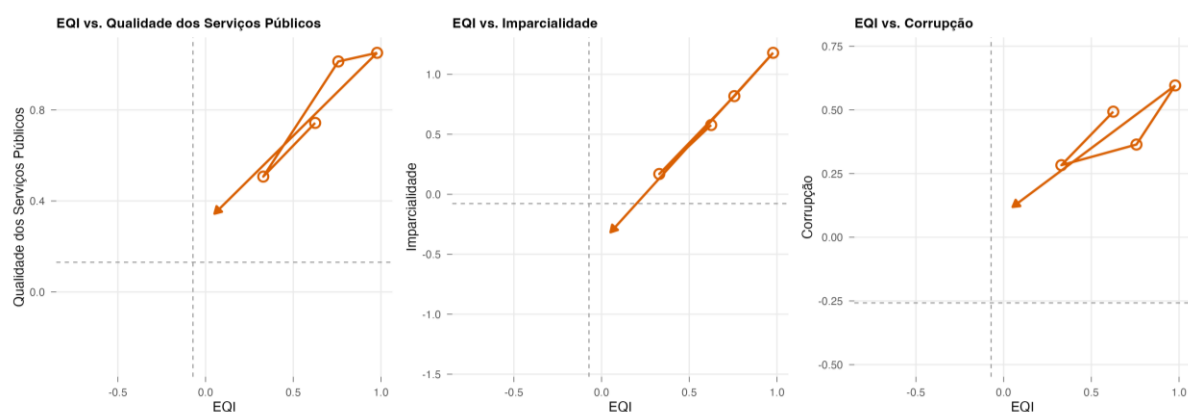
Região	diferença (2024–2021)	Métrica A	Métrica B	Critério
EQI				
Extremadura (ES)	-1,217	9,45	4,36	A e B
País Vasco (ES)	-0,927	8,85	2,80	A e B
Comunidad Foral de Navarra (ES)	-0,675	6,27	7,87	A e B
Castilla y León (ES)	-1,034	4,15	2,35	A e B
Principado de Asturias (ES)	-0,566	4,01	2,66	A e B
Região Autónoma dos Açores (PT)	0,608	3,48	4,02	A e B
La Rioja (ES)	-0,642	2,72	2,89	A e B
Cataluña (ES)	0,453	3,99	1,85	A
Região Autónoma da Madeira (PT)	0,440	3,59	1,61	A
Comunidad de Madrid (ES)	0,553	3,18	1,63	A
Cantabria (ES)	0,504	3,09	1,49	A
Norte (PT)	-0,139	1,18	2,06	B
Qualidade dos Serviços Públicos				
Extremadura (ES)	-0,864	20,03	4,98	A e B
La Rioja (ES)	-1,127	7,90	11,19	A e B
Alentejo (PT)	-0,495	6,55	4,91	A e B
Comunidad Foral de Navarra (ES)	-1,024	6,02	3,79	A e B
País Vasco (ES)	-0,707	3,01	2,16	A e B
Región de Murcia (ES)	0,378	2,25	2,59	A e B
Região Autónoma dos Açores (PT)	0,310	9,84	1,11	A
Cantabria (ES)	0,850	3,47	1,61	A
Algarve (PT)	-0,545	3,09	1,22	A
Comunitat Valenciana (ES)	-0,378	2,25	0,75	A
Imparcialidade				
Extremadura (ES)	-1,904	13,24	3,87	A e B
Comunidad Foral de Navarra (ES)	-0,737	11,59	15,24	A e B
Região Autónoma da Madeira (PT)	0,904	11,14	4,72	A e B
País Vasco (ES)	-1,496	9,68	3,10	A e B
Cataluña (ES)	0,712	9,62	2,57	A e B
Região Autónoma dos Açores (PT)	1,087	8,23	8,18	A e B
Principado de Asturias (ES)	-1,268	8,16	3,73	A e B
Castilla y León (ES)	-2,069	4,95	2,43	A e B
Área Metropolitana de Lisboa (PT)	0,346	4,35	3,18	A e B
Canarias (ES)	0,761	3,84	5,33	A e B
Norte (PT)	-0,398	2,08	3,22	A e B
Alentejo (PT)	0,408	3,48	1,12	A
Región de Murcia (ES)	-0,253	2,83	0,52	A

Região	diferença (2024–2021)	Métrica A	Métrica B	Critério
Castilla-la Mancha (ES)	-0,607	2,74	1,38	A
Comunidad de Madrid (ES)	0,884	2,11	1,28	A
Corrupção				
País Vasco (ES)	-0,477	5,85	2,28	A e B
Cataluña (ES)	0,728	2,63	3,97	A e B
Centro (PT)	-0,257	5,39	1,98	A
Algarve (PT)	-0,257	4,56	1,94	A
Extremadura (ES)	-0,728	3,08	1,45	A
Comunidad Foral de Navarra (ES)	-0,188	2,83	1,98	A
Principado de Asturias (ES)	-0,447	2,28	0,95	A
Área Metropolitana de Lisboa (PT)	-0,216	2,00	0,94	A
Aragón (ES)	0,255	1,95	3,39	B
Região Autónoma dos Açores (PT)	0,340	1,51	3,21	B
Canarias (ES)	0,237	1,08	2,75	B

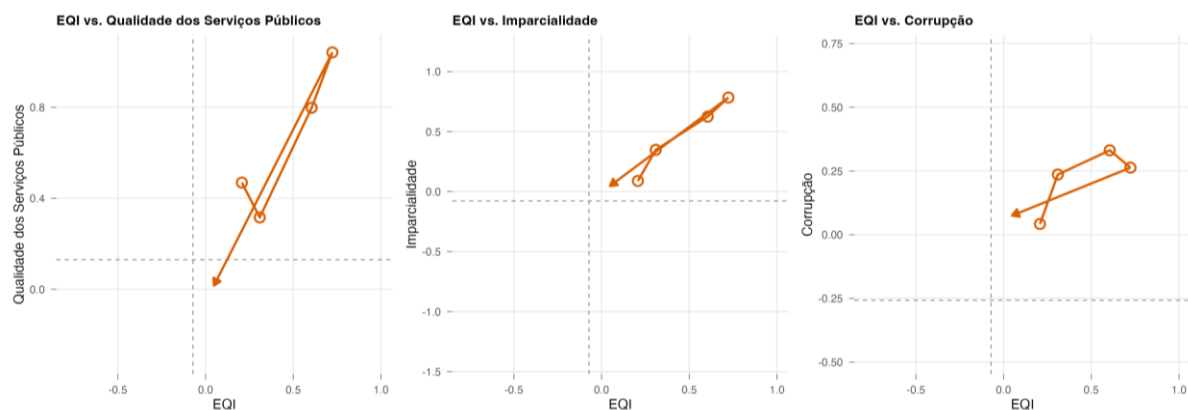
A coexistência entre uma tendência linear globalmente estável entre as regiões (e por isso menor heterogeneidade) e a ocorrência de variações pontuais acentuadas em regiões específicas ajuda a interpretar os padrões observados na Figura 4. Regiões como o País Vasco ou a Comunidad Foral de Navarra, cuja trajetória sobe até 2021 e depois desce de forma abrupta em 2024, produzem, quando ajustadas por uma reta, uma tendência próxima da média do conjunto global (a subida e a queda tendem a compensar-se), o que explica por que é que não se distinguem das restantes regiões no teste de heterogeneidade. A Extremadura, cuja trajetória se mantém mais estável até 2021 antes de uma queda acentuada em 2024, sem subida prévia que a compense, contribui de forma mais visível para uma heterogeneidade linear potencialmente captada pelo teste, tal como se verificou no índice de Imparcialidade (significativo a 10%), sendo o índice com mais regiões com variações atípicas.

Figura 4. Trajetórias bivariadas (2010-2024) das regiões com variação atípica nos quatro índices de qualidade da governação, com representação em gráficos de quadrantes com o índice EQI no eixo das abcissas e, respetivamente, o índice de Qualidade dos Serviços Públicos, de Imparcialidade e de Corrupção no eixo das ordenadas. Cada painel (A-D) corresponde a uma das quatro regiões assinaladas pelo Critério A e/ou pelo Critério B nos quatro índices: País Vasco (A), Comunidad Foral de Navarra (B) e Extremadura (C), em Espanha (ES), representadas a cor de laranja; Região Autónoma dos Açores (D), em Portugal (PT), representada a cor verde. Os círculos abertos assinalam os valores registados em 2010, 2013, 2017 e 2021, e a seta indica o valor de 2024. As linhas tracejadas, horizontal e vertical, indicam a média dos valores de 2024 das 24 regiões em análise (Portugal e Espanha).

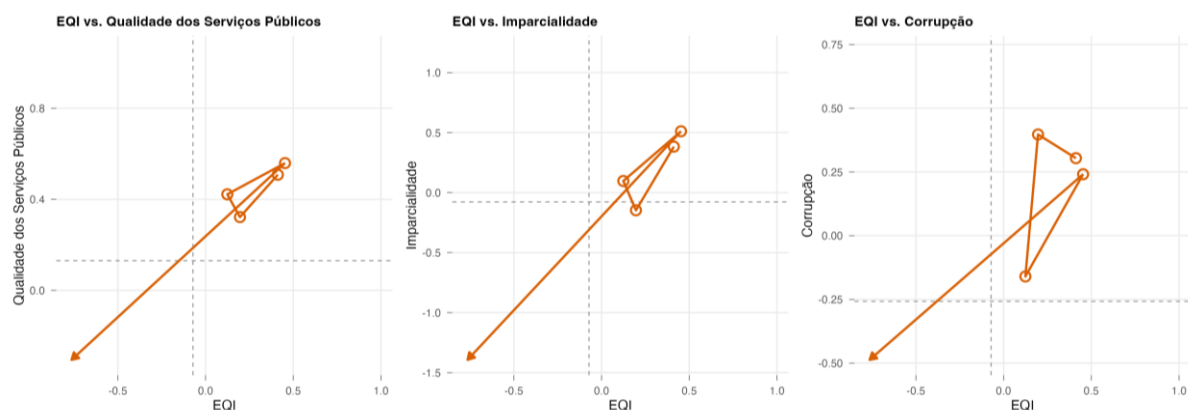
A. País Vasco (ES)



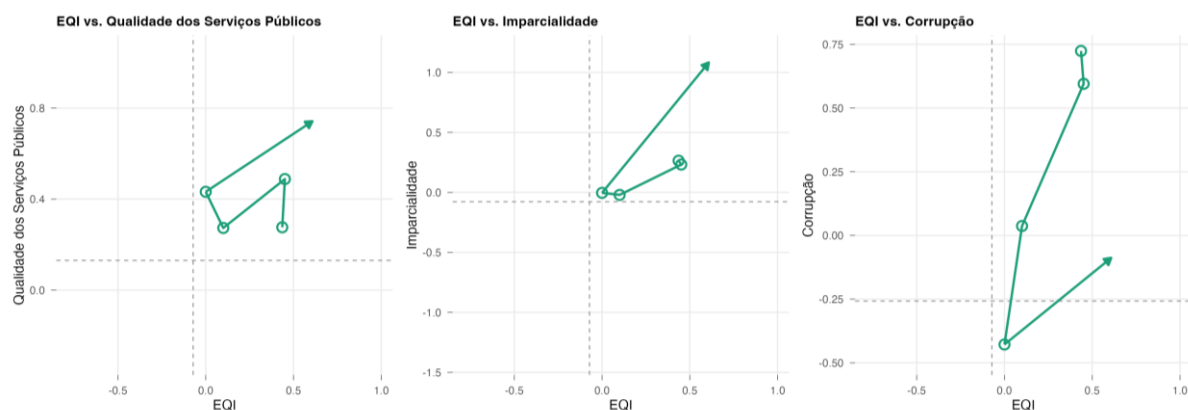
B. Comunidad Foral de Navarra (ES)



C. Extremadura (ES)



D. Região Autónoma dos Açores (PT)



Refira-se ainda que, em quatro regiões, foram identificadas variações atípicas pela Métrica B (com a inversão ou o acentuar da evolução histórica), mas não pela Métrica A (magnitude acentuada face à evolução histórica), nomeadamente: a região Norte (Portugal), no EQI; e a Região Autónoma dos Açores (Portugal), Aragón e as Canarias (Espanha), no índice de Corrupção. Nestes casos, a variação observada em 2024 não é elevada em termos absolutos, mas contraria a tendência registada nas rondas anteriores (Apêndice C). As Canarias são o caso mais nítido, em que após um declínio acentuado entre 2010 e 2021 nos quatro índices, que levou esta região para níveis inferiores à média global, em 2024 verifica-se uma recuperação parcial face a 2010 em todos os índices, invertendo essa tendência descendente (ainda que sem repor a região para valores acima da média, com exceção da Imparcialidade). A região Norte e a região Aragón mostram oscilações moderadas em torno das linhas de referência, com pequenas reversões de sentido entre 2021 e 2024 que não afastam muito as regiões da média global, mas que no Norte se traduzem numa redução do EQI e em Aragón no aumento do índice de Corrupção. A Região Autónoma dos Açores também é contemplada neste conjunto de quatro regiões identificadas apenas pela Métrica B, devido à inversão da trajetória descendente que tinha vindo a evidenciar até 2021 no índice de Corrupção.

Fatores sociodemográficos associados à variação do EQI e dos seus três pilares (2021-2024)

A secção anterior mostrou que a evolução da qualidade da governação entre 2021 e 2024 não foi uniforme entre as regiões, havendo mesmo casos que se diferenciam do seu próprio percurso histórico. Procura-se agora compreender se esta variação recente do EQI e dos seus três pilares está associada às diferentes trajetórias sociodemográficas das regiões de Portugal e Espanha. A análise de correlação entre a variação de cada um dos cinco indicadores sociodemográficos considerados e a variação de cada índice (Apêndice D), aponta para um padrão consistente entre dimensões, que orientou a seleção dos preditores incluídos nos modelos de regressão apresentados de seguida. A variação da taxa de risco de pobreza destaca-se como o preditor mais consistentemente associado à variação dos quatro índices. Em todos os casos, apresenta uma associação negativa e, com exceção do índice de Corrupção, corresponde à variável com a correlação mais forte. A associação é estatisticamente significativa a 5% na variação do índice EQI ($r=-0,458$; $p=0,024$), e a 10% na variação dos índices de Qualidade dos Serviços Públicos ($r=-0,345$; $p=0,099$) e de Imparcialidade ($r=-0,366$; $p=0,078$). Só na Corrupção é superada, por uma pequena margem, pela variação da taxa de emprego ($r=-0,409$; $p=0,066$; contra $r=-0,361$; $p=0,083$ da pobreza). As restantes três variáveis sociodemográficas (densidade populacional, população de 25-64 anos com ensino superior concluído, utilizadores de comércio eletrónico) não revelam associação relevante com nenhum dos quatro índices. Esta convergência de resultados entre os quatro índices motivou a opção por manter os mesmos dois preditores (taxa de risco de pobreza e taxa de emprego) nos quatro modelos de regressão utilizados para estimar o impacto da variação das características sociodemográficas na variação dos índices da qualidade da governação, privilegiando a comparabilidade entre dimensões em vez de especificações *ad hoc* ajustadas a diferenças de significância estatisticamente mais frágeis.

Com esta especificação comum aos quatro índices, estimaram-se os respetivos modelos principais e de robustez, apresentados na Tabela 3, os quais evidenciam que um aumento de 1 ponto percentual na taxa de risco de pobreza está associada, em média, a uma redução de aproximadamente 0,1 unidades (padronizadas) no índice EQI nas 24 regiões de Portugal e Espanha ($\beta_1=-0,106$; $p=0,030$), uma direção (sinal) e magnitude de associação semelhantes nos três pilares (entre -0,07 e -0,15), ainda que, nestes últimos, com significância estatística apenas a 10% (Qualidade: $p=0,058$; Imparcialidade: $p=0,069$; Corrupção: $p=0,065$). Este resultado é consistente com a redução de precisão esperada ao analisar os componentes (pilares) de um índice mais consolidado (EQI), com a mesma amostra reduzida. O poder explicativo dos modelos principais é modesto (R^2 entre 0,14 e 0,20) e estatisticamente significativo apenas no índice EQI [$F(1; 22)=5,40$; $p=0,030$]. Em nenhum caso a variação da taxa de emprego é estatisticamente significativa quando incluída em conjunto com a variação da pobreza, e a sua introdução não altera o sinal nem a magnitude aproximada do coeficiente da pobreza. Este resultado sugere que a taxa de emprego não atua como variável de confundimento relevante da associação estimada para a pobreza, tanto mais que a correlação entre a variação dos dois preditores é apenas moderada e não significativa ($r=0,322$; $p=0,154$; Apêndice E, Tabela E1), pelo que a inclusão conjunta de ambos no modelo de robustez não é afetada por colinearidade relevante. Testou-se ainda, para as quatro variáveis dependentes, se a introdução de um termo quadrático da variação da pobreza melhora o ajustamento face à especificação linear (teste F para modelos aninhados; Apêndice E, Tabela E2). Em nenhum dos quatro casos o termo quadrático é significativo (valores p entre 0,59 e 0,92), pelo que não há evidência de não-linearidade na relação entre a variação da pobreza e a variação de qualquer um dos quatro índices, e por isso a especificação linear foi mantida nos modelos reportados na Tabela 3.

Tabela 3. Fatores sociodemográficos associados à variação (2024-2021) dos quatro índices em análise. São apresentados os resultados de dois modelos de regressão, para cada um dos índices como variável dependente: um modelo principal, com a variação da taxa de risco de pobreza como único preditor, e um modelo de robustez, que acrescenta a variação da taxa de emprego. Os coeficientes de regressão (β_1 e β_2) traduzem a variação estimada (2024-2021) do respetivo índice, associada a uma variação (2022-2019) de um ponto percentual em cada preditor; os respetivos erros-padrão são apresentados entre parênteses. Coeficientes de regressão com um valor de probabilidade de significância (valor p) estatisticamente significativo (5%) são assinalados com um asterisco (*)

	Modelo principal	Modelo de robustez
EQI		
β_0	-0,177 (0,098)	-0,080 (0,302)
$\beta_1 \Delta$ Tx. risco de pobreza	-0,106* (0,045)	-0,097 (0,055)
$\beta_2 \Delta$ Tx. emprego da população 15-64 anos	-	-0,034 (0,087)
n	24	21
R²	0,197	0,198
R² ajustado	0,161	0,109
Estatística de teste F (graus de liberdade)	F(1; 22) = 5,40	F(2;18) = 2,22
valor p (teste F)	0,030	0,137
Qualidade dos Serviços Públicos		
β_0	-0,148 (0,094)	-0,256 (0,273)
$\beta_1 \Delta$ Tx. risco de pobreza	-0,087 (0,044)	-0,104 (0,050)
$\beta_2 \Delta$ Tx. emprego da população 15-64 anos	-	0,035 (0,079)
n	24	21
R²	0,154	0,200
R² ajustado	0,115	0,111
Estatística de teste F (graus de liberdade)	F(1; 22) = 3,99	F(2; 18) = 2,25
valor p (teste F)	0,058	0,134
Imparcialidade		
β_0	-0,266 (0,169)	-0,127 (0,514)
$\beta_1 \Delta$ Tx. risco de pobreza	-0,149 (0,078)	-0,122 (0,094)
$\beta_2 \Delta$ Tx. emprego da população 15-64 anos	-	-0,060 (0,148)
n	24	21
R²	0,142	0,130
R² ajustado	0,103	0,034
Estatística de teste F (graus de liberdade)	F(1; 22) = 3,65	F(2; 18) = 1,35
valor p (teste F)	0,069	0,285
Corrupção		
β_0	-0,095 (0,075)	0,143 (0,222)
$\beta_1 \Delta$ Tx. risco de pobreza	-0,067 (0,035)	-0,052 (0,040)

	Modelo principal	Modelo de robustez
$\beta_2 \Delta$ Tx. emprego da população 15-64 anos	-	-0,070 (0,064)
n	24	21
R²	0,146	0,205
R² ajustado	0,108	0,116
Estatística de teste F (graus de liberdade)	F(1; 22) = 3,77	F(2; 18) = 2,32
valor p (teste F)	0,065	0,127

DISCUSSÃO E CONCLUSÃO

Este estudo procurou caracterizar, de forma exploratória, os padrões regionais de qualidade da governação em Portugal e em Espanha, através do EQI e dos seus três pilares, entre 2010 e 2024. Os resultados confirmam a pertinência de uma análise à escala regional, uma vez que a distribuição geográfica do EQI não segue as fronteiras nacionais, e evidencia uma diferenciação intranacional que os agregados nacionais tenderiam a ocultar (Charron et al., 2014; Charron et al., 2019). Esta observação reforça o argumento de que instituições nacionais comuns podem coexistir com níveis desiguais de qualidade da governação entre territórios, como mostrado por Charron e Lapuente (2013) para o caso italiano, que atribuem estas disparidades duradouras a legados históricos e institucionais distintos entre regiões sujeitas ao mesmo enquadramento nacional. A comparação ibérica acrescenta uma dimensão pouco explorada a esta literatura, dado que a investigação regional comparada entre Portugal e Espanha permanece escassa.

A análise da persistência e da heterogeneidade temporal é compatível com a existência de trajetórias regionais distintas ao longo das cinco rondas do EQI, sob o mesmo quadro institucional nacional, na linha do argumento dos legados regionais de Charron e Lapuente (2013), ainda que o teste F não permita rejeitar a hipótese de uma tendência linear comum às 24 regiões. Esta diferenciação não se traduz, contudo, numa heterogeneidade sistemática e generalizada da tendência temporal entre regiões, mas sim em ruturas pontuais nalgumas regiões e rondas específicas, como as identificadas no País Vasco, na Comunidad Foral de Navarra, na Extremadura e na Região Autónoma dos Açores. Note-se que esta heterogeneidade não é sistematicamente maior em Espanha, apesar dos seus níveis mais elevados de autonomia regional face a Portugal (Hooghe et al., 2010). É no território português que se regista uma proporção superior de regiões com variação atípica nos índices de Imparcialidade e de Corrupção. Esta leitura exige, contudo, cautela. Por um lado, a comparação de proporções assenta em apenas sete regiões portuguesas. Por outro, as variações de maior magnitude observadas em Portugal concentram-se na Região Autónoma da Madeira e na Região Autónoma dos Açores, precisamente as duas únicas regiões portuguesas dotadas de autonomia político-administrativa efetiva, ao passo que as restantes NUTS 2 do continente não correspondem a entidades de governo regional. Portugal constitui, por isso, um caso híbrido e não um polo integralmente centralizado, pelo que os dados disponíveis não autorizam a concluir que a autonomia regional formal seja indiferente à variabilidade dos padrões de qualidade da governação.

A associação negativa encontrada entre a variação da pobreza regional e a variação do EQI, e dos seus pilares, pode ser interpretada à luz do argumento de Charron e Lapuente (2010) sobre a procura dos cidadãos por instituições de qualidade. Segundo os autores, em contextos de menor desenvolvimento económico, as necessidades de curto prazo tendem a assumir maior prioridade relativamente à procura de investimentos institucionais de médio e longo prazo. Neste sentido, uma possível interpretação dos

resultados obtidos é que o agravamento da pobreza entre 2019 e 2022 poderá ter reforçado, nas regiões mais afetadas, a prioridade atribuída a respostas mais imediatas às necessidades económicas e sociais, em detrimento da procura por melhorias institucionais de mais longo prazo. Este resultado alinha-se também com a relação entre desenvolvimento socioeconómico regional e qualidade da governação identificada por Charron et al. (2014). O presente estudo acrescenta, contudo, uma dimensão dinâmica a essa evidência, ao sugerir que a associação não se verifica apenas entre os níveis de desenvolvimento socioeconómico e de qualidade da governação, mas também entre as suas variações recentes.

Ao nível dos pilares, verifica-se que a Qualidade dos Serviços Públicos é o pilar mais estável e o mais consistentemente associado à pobreza regional, a Imparcialidade é o pilar menos estável, e a Corrupção é o único pilar em que a correlação com a variação do emprego é ligeiramente mais forte do que com a variação da pobreza, pelo que os três pilares do EQI não evoluem de forma homogénea. Esta falta de uniformidade corrobora as críticas às leituras unidimensionais da qualidade da governação centradas na imparcialidade (Agnafors, 2013; Longo, 2008), e a evidência de que a imparcialidade percebida não se traduz automaticamente em avaliações mais positivas dos restantes aspetos da ação pública (Suzuki & Demircioglu, 2021).

Por fim, assinalam-se algumas limitações do estudo. Por um lado, os resultados relativos à associação com fatores sociodemográficos assentam numa amostra reduzida (21 a 24 regiões) e num período de referência curto (2019-2022), pelo que devem ser lidos como associativos e não causais. Acresce que o preditor principal foi selecionado a partir da mesma matriz de correlações posteriormente utilizada na estimação dos modelos, e que foram testadas vinte associações (cinco indicadores sociodemográficos por quatro índices), das quais apenas uma é significativa ao nível de 5% (número compatível com o que seria esperado por acaso). Os valores p reportados devem, por isso, ser lidos em sentido descritivo e não confirmatório. Note-se ainda que tanto os índices do EQI como a taxa de risco de pobreza (obtida no Inquérito às Estatísticas do Rendimento e das Condições de Vida) são estimativas de inquérito, com erros amostrais não desprezáveis ao nível NUTS 2, sobretudo nas regiões menos populosas, o que acrescenta ruído às diferenças analisadas. Por outro lado, a comparação entre Portugal e Espanha ao nível NUTS 2, nomeadamente a leitura sobre autonomia regional apresentada anteriormente (Hooghe et al., 2010), deve ser interpretada com cautela. As NUTS 2 constituem unidades estatísticas comparáveis, mas não correspondem necessariamente a entidades político-administrativas equivalentes nos dois países, dado que em Espanha as comunidades autónomas dispõem de competências e poderes político-administrativos sem correspondência nas regiões NUTS 2 portuguesas. Esta assimetria institucional deve, por isso, ser considerada na interpretação dos resultados e das conclusões da investigação.

Os resultados obtidos neste estudo sustentam a relevância de uma leitura regional e multidimensional da qualidade da governação em Portugal e em Espanha, e identificam pistas, como sejam a heterogeneidade não uniforme entre modelos territoriais, a associação com a pobreza regional e o comportamento distinto entre pilares, que poderão ser aprofundadas numa próxima fase da investigação. Uma componente qualitativa poderá ser capaz de revelar mecanismos que os dados quantitativos aqui apresentados não permitem, por si só, estabelecer.

REFERÊNCIAS

- Agnafors, M. (2013). Quality of government: Toward a more complex definition. *American Political Science Review*, 107(3), 433–445. <https://doi.org/10.1017/S0003055413000191>
- Charron, N., & Lapuente, V. (2010). Does democracy produce quality of government? *European Journal of Political Research*, 49(4), 443–470. <https://doi.org/10.1111/j.1475-6765.2009.01906.x>
- Charron, N., & Lapuente, V. (2013). *Why Do Some Regions in Europe Have a Higher Quality of Government?* The Journal of Politics, 75(3), 567–582. <https://doi.org/10.1017/S0022381613000510>
- Charron, N., & Rothstein, B. (2018). Regions of trust and distrust: how good institutions can foster social cohesion. In U. Bernitz, M. Mårtensson, T. Persson & L. Oxelheim (Eds.), *Bridging the Prosperity Gap in the EU: The Social Challenge Ahead* (pp. 220–243). Edward Elgar Publishing. <https://doi.org/10.4337/9781786436672.00017>
- Charron, N., Dijkstra, L., & Lapuente, V. (2014). Regional governance matters: Quality of government within European Union member states. *Regional Studies*, 48(1), 68–90. <https://doi.org/10.1080/00343404.2013.770141>
- Charron, N., Dijkstra, L., & Lapuente, V. (2015). Mapping the regional divide in Europe: A measure for assessing quality of government in 206 European regions. *Social Indicators Research*, 122, 315–346. <https://doi.org/10.1007/s11205-014-0702-y>
- Charron, N., Lapuente, V., & Annoni, P. (2019). Measuring quality of government in EU regions across space and time. *Papers in Regional Science*, 98(5), 1925–1954. <https://doi.org/10.1111/pirs.12437>
- Charron, N., Lapuente, V., Bauhr, M., & Annoni, P. (2022). Change and Continuity in Quality of Government: Trends in subnational quality of government in EU member states. *Investigaciones Regionales – Journal of Regional Research*, 53(2), 5–23. <https://doi.org/10.38191/iirr-jorr.22.008>
- Charron, N., Lapuente, V., & Bauhr, M. (2024). *The geography of quality of government in Europe: Subnational variations in the 2024 European Quality of Government Index and comparisons with previous rounds*. QoG Working Paper Series. University of Gothenburg.
- Eurostat (2026). *Eurostat Regional Database*. Eurostat. Acedido em 22 de agosto de 2026 em <https://ec.europa.eu/eurostat/web/regions/database>
- Hooghe, L., Marks, G., & Schakel, A. (2010). *The rise of regional authority: A comparative study of 42 democracies*. Routledge.
- Longo, F. (2008). Quality of governance: Impartiality is not enough. *Governance*, 21(2), 191–196. <https://doi.org/10.1111/j.1468-0491.2008.00392.x>
- Medeiros, E. (2018). EU cohesion policy in the Iberian Peninsula: Main territorial impacts (1986–2013) and challenges for a more efficient new programming period (2014–2020). *European Structural and Investment Funds Journal*, 6(4), 284–295.

- OCDE. (2025). *Government at a glance 2025*. OECD Publishing. <https://doi.org/10.1787/0efd0bcd-en>
- OCDE. (2026). OECD Survey on Drivers of Trust in Public Institutions 2026 Results: Navigating Rising Expectations and New Horizons. OECD Publishing <https://doi.org/10.1787/9eb63fec-en>
- Ongaro, E. (2009). *Public management reform and modernization: Trajectories of administrative change in Italy, France, Greece, Portugal and Spain*. Edward Elgar.
- Peters, B. G. (2010). Bureaucracy and democracy in the modern state. *Public Administration Review*, 70(4), 642–643. <https://doi.org/10.1111/j.1540-6210.2010.02187.x>
- Rothstein, B. (2021). Quality of Government: Theory and Conceptualization. In A. Bågenholm, M. Bauhr, M. Grimes & B. Rothstein (Eds.), *The Oxford Handbook of the Quality of Government* (pp. 3-24). Oxford University Press. <https://doi.org/10.1093/oxfordhb/9780198858218.013.2>
- Rothstein, B., & Teorell, J. (2008a). What is quality of government? A theory of impartial government institutions. *Governance*, 21(2), 165–190. <https://doi.org/10.1111/j.1468-0491.2008.00391.x>
- Rothstein, B., & Teorell, J. (2008b). Impartiality as a basic norm for the quality of government: A reply to Francisco Longo and Graham Wilson. *Governance*, 21(2), 201–204. <https://doi.org/10.1111/j.1468-0491.2008.00394.x>
- Sousa, L., & Coroado, S. (2022). *Ética e integridade na política*. Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- Suzuki, K., & Demircioglu, M. A. (2021). Is impartiality enough? Government impartiality and citizens' perceptions of public service quality. *Governance*, 34(3), 727–764. <https://doi.org/10.1111/gove.12527>
- The Quality of Government Institute. (2026). *The QoG Institute*. Acedido em 31 de julho de 2026 em <https://www.gu.se/en/quality-government>.
- Wilson, G. (2008). The quality of government. *Governance*, 21(2), 197–200. <https://doi.org/10.1111/j.1468-0491.2008.00393.x>

Apêndice A

Tabela A1. Valores médios nacionais e intervalos de confiança a 95% do índice EQI e dos seus três pilares, para Portugal e Espanha em 2024. Valores médios a negrito indicam que o intervalo de confiança não inclui o zero (desempenho estatisticamente diferente da média global dos países do EQI).

Índice	Portugal (média)	Portugal (IC 95%)	Espanha (media)	Espanha (IC 95%)
EQI	0,078	[-0,124; 0,279]	-0,241	[-0,511; 0,028]
Qualidade dos Serviços Públicos	0,306	[0,111; 0,501]	-0,038	[-0,322; 0,245]
Imparcialidade	0,206	[-0,228; 0,640]	-0,309	[-0,763; 0,146]
Corrupção	-0,290	[-0,480; -0,100]	-0,343	[-0,515; -0,171]

Apêndice B

Tabela B1. Estabilidade do *ranking* das regiões entre rondas do índice de EQI (2010-2024). Cada painel (A-C) apresenta a matriz de correlações de *Spearman* entre as posições relativas (*ranking*) das regiões em cada par de rondas, para um agrupamento diferente: 24 regiões de Portugal e Espanha (A), apenas as 7 regiões de Portugal (B) e apenas as 17 regiões de Espanha (C); junto de cada matriz reporta-se ainda a correlação média entre rondas consecutivas e a correlação entre a primeira (2010) e a última (2024) ronda. As matrizes de correlação apresentam os coeficientes de correlação de acima da diagonal, e os respetivos valores de probabilidade de significância (valor p) abaixo da diagonal e a *itálico*; valores assinalados em **negrito** (coeficientes e valores p) são estatisticamente significativos para um nível de significância de 5%. Coeficientes de correlação positivos elevados ($\geq 0,6$) estão destacados a azul claro; coeficientes de correlação negativos estão destacados a vermelho.

A. Regiões de Portugal e Espanha

Ronda	2010	2013	2017	2021	2024
2010	-	0,409	0,386	0,296	0,147
2013	0,049	-	0,617	0,327	0,423
2017	0,063	0,002	-	0,576	0,632
2021	0,160	0,119	0,004	-	0,281
2024	0,493	0,040	0,001	0,184	-

Correlação média entre rondas consecutivas	0,471
Correlação entre a 1.ª ronda (2010) e a última (2024)	0,147

B. Regiões de Portugal

Ronda	2010	2013	2017	2021	2024
2010	-	0,929	0,500	-0,607	0,286
2013	0,007	-	0,286	-0,536	0,071
2017	0,267	0,556	-	-0,107	0,393
2021	0,167	0,236	0,840	-	0,214
2024	0,556	0,906	0,396	0,662	-

Correlação média entre rondas consecutivas	0,330
Correlação entre a 1.ª ronda (2010) e a última (2024)	0,286

C. Regiões de Espanha

Ronda	2010	2013	2017	2021	2024
2010	-	0,145	0,429	0,488	0,159
2013	0,579	-	0,787	0,547	0,663
2017	0,087	0,0003	-	0,703	0,650
2021	0,049	0,025	0,002	-	0,372
2024	0,541	0,004	0,005	0,142	-

Correlação média entre rondas consecutivas	0,502
Correlação entre a 1.ª ronda (2010) e a última (2024)	0,159

Tabela B2. Estabilidade do *ranking* das regiões entre rondas do índice de Qualidade dos Serviços Públicos (2010-2024). Cada painel (A-C) apresenta a matriz de correlações de *Spearman* entre as posições relativas (*ranking*) das regiões em cada par de rondas, para um agrupamento diferente: 24 regiões de Portugal e Espanha (A), apenas as 7 regiões de Portugal (B) e apenas as 17 regiões de Espanha (C); junto de cada matriz reporta-se ainda a correlação média entre rondas consecutivas e a correlação entre a primeira (2010) e a última (2024) ronda. As matrizes de correlação apresentam os coeficientes de correlação de acima da diagonal, e os respetivos valores de probabilidade de significância (valor p) abaixo da diagonal, e os respetivos valores de probabilidade de significância (valor p) abaixo da diagonal e a itálico; valores assinalados em negrito (coeficientes e valores p) são estatisticamente significativos para um nível de significância de 5%. Coeficientes de correlação positivos elevados ($\geq 0,6$) estão destacados a azul claro; coeficientes de correlação negativos estão destacados a vermelho.

A. Regiões de Portugal e Espanha

Ronda	2010	2013	2017	2021	2024
2010	-	0,527	0,510	0,556	0,282
2013	<i>0,009</i>	-	0,753	0,619	0,350
2017	<i>0,012</i>	<i>0,000</i>	-	0,739	0,526
2021	<i>0,006</i>	<i>0,002</i>	<i>0,0001</i>	-	0,515
2024	<i>0,181</i>	<i>0,094</i>	<i>0,009</i>	<i>0,011</i>	-

Correlação média entre rondas consecutivas	0,633
Correlação entre a 1.ª ronda (2010) e a última (2024)	0,282

B. Regiões de Portugal

Ronda	2010	2013	2017	2021	2024
2010	-	0,821	0,679	0,643	0,429
2013	<i>0,034</i>	-	0,429	0,536	0,464
2017	<i>0,110</i>	<i>0,354</i>	-	0,821	0,821
2021	<i>0,139</i>	<i>0,236</i>	<i>0,034</i>	-	0,786
2024	<i>0,354</i>	<i>0,302</i>	<i>0,034</i>	<i>0,048</i>	-

Correlação média entre rondas consecutivas	0,714
Correlação entre a 1.ª ronda (2010) e a última (2024)	0,429

C. Regiões de Espanha

Ronda	2010	2013	2017	2021	2024
2010	-	0,461	0,439	0,532	0,270
2013	<i>0,065</i>	-	0,792	0,620	0,370
2017	<i>0,080</i>	<i>0,0002</i>	-	0,775	0,478
2021	<i>0,030</i>	<i>0,009</i>	<i>0,0004</i>	-	0,495
2024	<i>0,294</i>	<i>0,144</i>	<i>0,054</i>	<i>0,045</i>	-

Correlação média entre rondas consecutivas	0,631
Correlação entre a 1.ª ronda (2010) e a última (2024)	0,270

Tabela B3. Estabilidade do *ranking* das regiões entre rondas do índice de Imparcialidade (2010-2024). Cada painel (A-C) apresenta a matriz de correlações de *Spearman* entre as posições relativas (*ranking*) das regiões em cada par de rondas, para um agrupamento diferente: 24 regiões de Portugal e Espanha (A), apenas as 7 regiões de Portugal (B) e apenas as 17 regiões de Espanha (C); junto de cada matriz reporta-se ainda a correlação média entre rondas consecutivas e a correlação entre a primeira (2010) e a última (2024) ronda. As matrizes de correlação apresentam os coeficientes de correlação de acima da diagonal, e os respetivos valores de probabilidade de significância (valor p) abaixo da diagonal e a itálico; valores assinalados em negrito (coeficientes e valores p) são estatisticamente significativos para um nível de significância de 5%. Coeficientes de correlação positivos elevados ($\geq 0,6$) estão destacados a azul claro; coeficientes de correlação negativos estão destacados a vermelho.

A. Regiões de Portugal e Espanha

Ronda	2010	2013	2017	2021	2024
2010	-	0,255	0,307	0,390	-0,233
2013	0,229	-	0,331	0,210	0,228
2017	0,144	0,114	-	0,577	0,260
2021	0,061	0,322	0,004	-	-0,166
2024	0,272	0,283	0,219	0,437	-

Correlação média entre rondas consecutivas	0,249
Correlação entre a 1.ª ronda (2010) e a última (2024)	-0,233

B. Regiões de Portugal

Ronda	2010	2013	2017	2021	2024
2010	-	0,964	0,536	0,143	0,250
2013	0,003	-	0,357	0,000	0,321
2017	0,236	0,444	-	0,429	0,107
2021	0,783	1,000	0,354	-	-0,286
2024	0,595	0,498	0,840	0,556	-

Correlação média entre rondas consecutivas	0,366
Correlação entre a 1.ª ronda (2010) e a última (2024)	0,250

C. Regiões de Espanha

Ronda	2010	2013	2017	2021	2024
2010	-	-0,181	0,346	0,441	-0,252
2013	0,485	-	0,343	0,235	0,257
2017	0,174	0,178	-	0,642	0,221
2021	0,078	0,362	0,007	-	-0,110
2024	0,327	0,317	0,393	0,673	-

Correlação média entre rondas consecutivas	0,173
Correlação entre a 1.ª ronda (2010) e a última (2024)	-0,252

Tabela B4. Estabilidade do *ranking* das regiões entre rondas do índice de Corrupção (2010-2024). Cada painel (A-C) apresenta a matriz de correlações de *Spearman* entre as posições relativas (*ranking*) das regiões em cada par de rondas, para um agrupamento diferente: 24 regiões de Portugal e Espanha (A), apenas as 7 regiões de Portugal (B) e apenas as 17 regiões de Espanha (C); junto de cada matriz reporta-se ainda a correlação média entre rondas consecutivas e a correlação entre a primeira (2010) e a última (2024) ronda. As matrizes de correlação apresentam os coeficientes de correlação de acima da diagonal, e os respetivos valores de probabilidade de significância (valor p) abaixo da diagonal, e os respetivos valores de probabilidade de significância (valor p) são estatisticamente significativos para um nível de significância de 5%. Coeficientes de correlação positivos elevados ($\geq 0,6$) estão destacados a azul claro; coeficientes de correlação negativos estão destacados a vermelho.

A. Regiões de Portugal e Espanha

Ronda	2010	2013	2017	2021	2024
2010	-	0,460	0,222	0,195	0,227
2013	0,025	-	0,557	0,353	0,418
2017	0,296	0,005	-	0,374	0,583
2021	0,361	0,091	0,071	-	0,441
2024	0,285	0,043	0,003	0,031	-

Correlação média entre rondas consecutivas	0,458
Correlação entre a 1.ª ronda (2010) e a última (2024)	0,227

B. Regiões de Portugal

Ronda	2010	2013	2017	2021	2024
2010	-	0,857	0,821	0,250	0,107
2013	0,024	-	0,750	-0,071	0,321
2017	0,034	0,066	-	0,429	0,500
2021	0,595	0,906	0,354	-	0,214
2024	0,840	0,498	0,267	0,662	-

Correlação média entre rondas consecutivas	0,562
Correlação entre a 1.ª ronda (2010) e a última (2024)	0,107

C. Regiões de Espanha

Ronda	2010	2013	2017	2021	2024
2010	-	0,029	-0,015	0,221	0,250
2013	0,913	-	0,674	0,505	0,576
2017	0,959	0,004	-	0,657	0,792
2021	0,393	0,041	0,005	-	0,466
2024	0,332	0,017	0,0002	0,062	-

Correlação média entre rondas consecutivas	0,456
Correlação entre a 1.ª ronda (2010) e a última (2024)	0,250

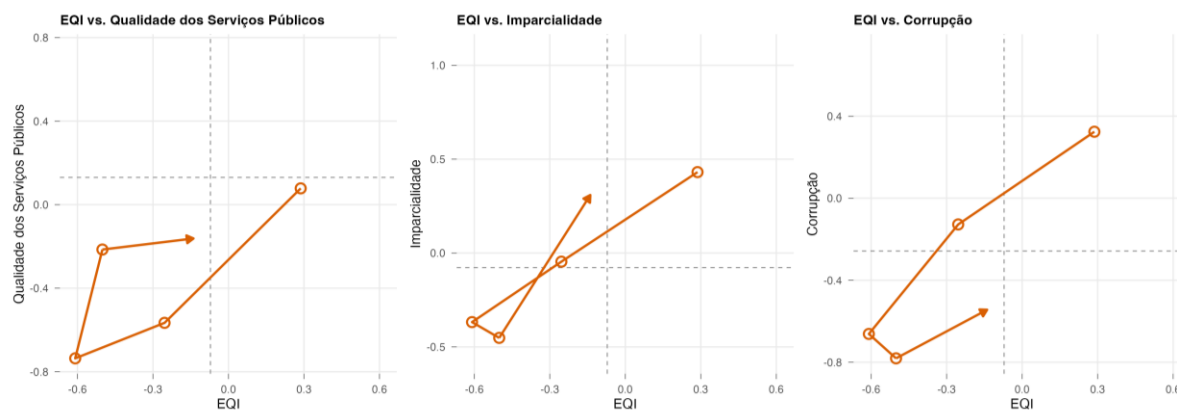
Apêndice C

Figura C1. Trajetórias bivariadas (2010-2024) das quatro regiões identificadas apenas pela Métrica B (com a inversão ou o acentuar da evolução histórica) e não pela Métrica A (magnitude acentuada face à evolução histórica), em um dos índices de qualidade da governação, com representação em gráficos de quadrantes com o índice EQI no eixo das abcissas e, respetivamente, o índice de Qualidade dos Serviços Públicos, de Imparcialidade e de Corrupção no eixo das ordenadas. Cada painel (A-D) corresponde a uma das quatro regiões: Aragón (A) e Canarias (B), em Espanha (ES), representadas a cor de laranja; Norte (C) e Região Autónoma dos Açores (D), em Portugal (PT), representadas a cor verde. Os círculos abertos assinalam os valores registados em 2010, 2013, 2017 e 2021, e a seta indica o valor de 2024. As linhas tracejadas, horizontal e vertical, indicam a média dos valores de 2024 das 24 regiões em análise (Portugal e Espanha).

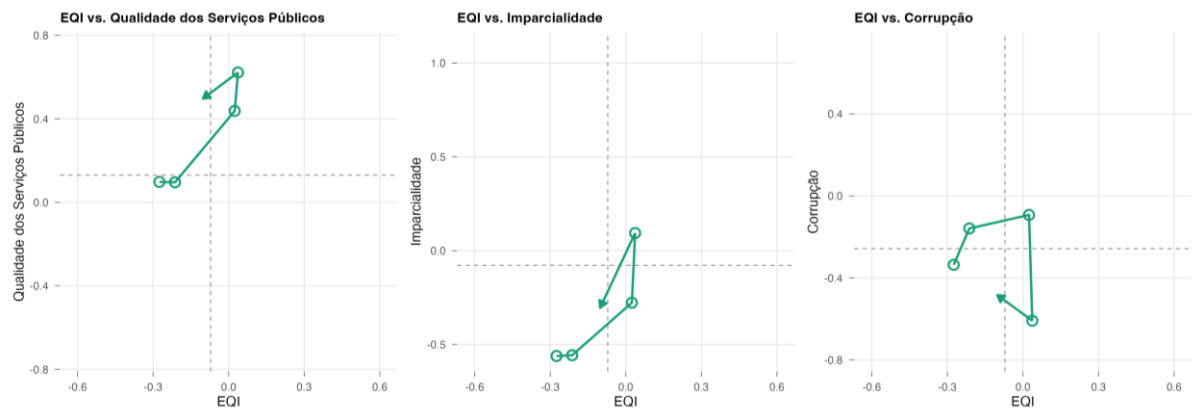
A. Aragón (ES)



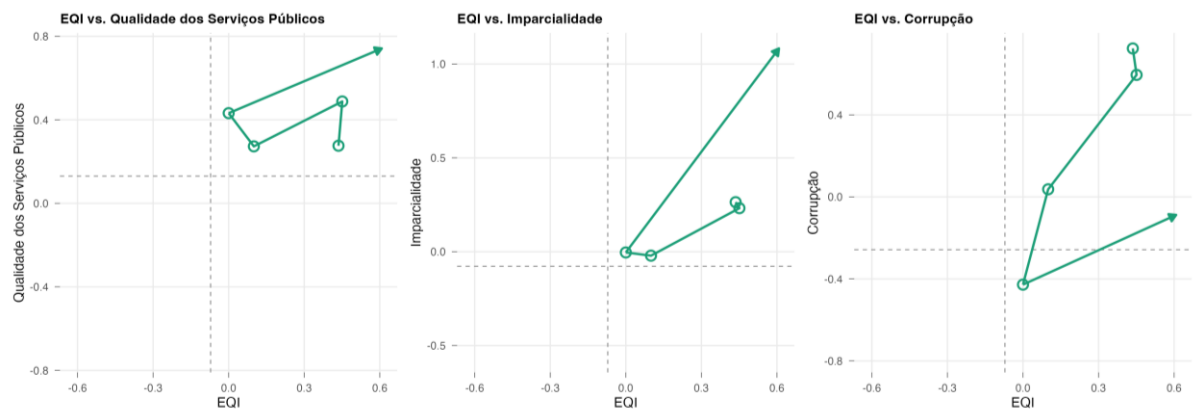
B. Canarias (ES)



C. Norte (PT)



D. Região Autónoma dos Açores (PT)



Apêndice D

Tabela D1. Correlações de *Spearman* entre a variação (2022-2019) de cada um dos cinco indicadores sociodemográficos considerados e a variação (2024-2021) do índice do EQI, e dos seus três pilares (Qualidade dos Serviços Públicos, Imparcialidade, Corrupção). Para cada par de variáveis são apresentados o coeficiente de correlação e o respetivo valor de probabilidade de significância (valor p). Valores assinalados em negrito (coeficientes e valores p) são estatisticamente significativos para um nível de significância de 5%. Coeficientes de correlação negativos estão destacados a vermelho.

	Δ EQI	Δ Qualidade dos Serviços Públicos	Δ Imparcialidade	Δ Corrupção
Δ Densidade populacional	0,010 (<i>p</i> =0,965)	-0,046 (<i>p</i> =0,832)	-0,001 (<i>p</i> =0,995)	0,049 (<i>p</i> =0,820)
Δ População 25-64 anos com ensino superior	-0,023 (<i>p</i> =0,920)	-0,131 (<i>p</i> =0,573)	0,104 (<i>p</i> =0,654)	-0,064 (<i>p</i> =0,782)
Δ Taxa de emprego (15-64 anos)	-0,307 (<i>p</i> =0,176)	-0,138 (<i>p</i> =0,550)	-0,303 (<i>p</i> =0,181)	-0,409 (<i>p</i> =0,066)
Δ Tx. de risco de pobreza	-0,458 (<i>p</i> =0,024)	-0,345 (<i>p</i> =0,099)	-0,366 (<i>p</i> =0,078)	-0,361 (<i>p</i> =0,083)
Δ Utilizadores de comércio eletrónico	0,116 (<i>p</i> =0,589)	0,089 (<i>p</i> =0,679)	0,157 (<i>p</i> =0,463)	0,053 (<i>p</i> =0,804)

Apêndice E

Tabela E1. Matriz das correlações de *Spearman* da variação (2022-2019) de cada um dos cinco indicadores sociodemográficos considerados para análise. Os coeficientes de correlação são apresentados acima da diagonal, e os respectivos valores de probabilidade de significância (valor p) abaixo da diagonal e a itálico; valores assinalados em negrito (coeficientes e valores p) são estatisticamente significativos para um nível de significância de 5%. Coeficientes de correlação negativos estão destacados a vermelho.

	Δ Densidade populacional	Δ População 25-64 anos com ensino superior	Δ Taxa de emprego (15-64 anos)	Δ Taxa de risco de pobreza	Δ Utilizadores de comércio eletrónico
Δ Densidade populacional	-	-0,155	0,109	0,240	0,204
Δ População 25-64 anos com ensino superior	0,502	-	0,088	-0,150	0,437
Δ Taxa de emprego (15-64 anos)	0,639	0,703	-	0,322	-0,113
Δ Taxa de risco de pobreza	0,259	0,516	0,154	-	0,017
Δ Utilizadores de comércio eletrónico	0,338	0,047	0,626	0,936	-

Tabela E2. Teste de termos quadráticos da variação da taxa de risco de pobreza sobre a variação do EQI e das suas três dimensões. Para cada variável dependente, apresenta-se o coeficiente do termo quadrático da variação da taxa de risco de pobreza (com o respetivo erro-padrão entre parênteses) e seu valor de probabilidade de significância (valor p), bem como a estatística F e o valor p do teste F para modelos aninhados (*nested*), que compara o modelo com o termo quadrático com o modelo linear correspondente.

Variável dependente	Coef. quadrático	Valor p (coef.)	Estatística F	Valor p (teste F)
EQI	-0,003 (0,020)	0,861	F(1; 21) = 0,032	0,861
Qualidade dos Serviços Públicos	0,002 (0,019)	0,923	F(1; 21) = 0,010	0,923
Imparcialidade	-0,003 (0,034)	0,920	F(1; 21) = 0,010	0,920
Corrupção	-0,008 (0,015)	0,588	F(1; 21) = 0,303	0,588